### Sumário

Número de notícias: 29 | Número de veículos: 16

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA E NEGÓCIOS SEGURIDADE SOCIAL
Governo quer antecipar 13º de aposentado e abono para injetar R\$ 57 bi na economia 3
AGÊNCIA BRASIL - DF - NOTÍCIAS SEGURIDADE SOCIAL
Clientes de bancos podem acessar serviços do governo pelo aplicativo
PORTAL UOL - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL
Por R\$ 2, salário mínimo fica abaixo da inflação; governo não comenta
PORTAL UOL - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL
De onde o governo vai tirar dinheiro para pagar novo auxílio emergencial?9
VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Subvenção econômica e a posição da Receita (2)11
VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS RECEITA FEDERAL DO BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL  Bolsonaro critica presidente da Petrobras por reajustes de preços
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SERVIDOR PÚBLICO  Congelamento de salário de servidor sai de cena
CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO SERVIDOR PÚBLICO
PEC Emergencial põe em risco direitos dos mais vulneráveis (2)
FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER SERVIDOR PÚBLICO
Fake news, polarização e inquietação militar dominavam política em 1921 18
CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE REFORMA TRIBUTÁRIA
Funcionalismo mantém desconfiança sobre o arrocho fiscal
CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - SERVIDOR REFORMA TRIBUTÁRIA
Servidores vencem a primeira batalha
G1 - NACIONAL - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA
Tabela do IR acumula defasagem de 113%; saiba quanto seria o imposto com correção25
ESTADO DE MINAS - MG - COVID-19
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS  Vacina recusada pelo Brasil tem 92% de eficácia na 1ª dose
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS  SP vê sonegação de mais de R\$ 40 mi em doações de empresários
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Dívida desvalorização cambial e inflação aprovimam 1021 de 2021

Sexta-Feira, 19 de Fevereiro de 2021
O ESTADO DE S. PAULO - SP - INTERNACIONAL TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Biden apresenta sua reforma migratória
O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA E NEGÓCIOS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Bolsonaro faz ameaça à Petrobrás e zera imposto
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Proposta de corte das taxas não tem consenso entre setores da indústria
ESTADO DE MINAS - MG - OPINIÃO ECONOMIA
Prós e contras da autonomia do BC (2)
O ESTADO DE S. PAULO - SP - NOTAS E INFORMAÇÕES ECONOMIA
Paródia econômica do surrealismo (3)
O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA
Só neste ano, no País, gasolina subiu 34,8% e diesel, 27.5%
O GLOBO - RJ - OPINIÃO ECONOMIA
Perspectiva de volta da inflação nos países ricos é desastrosa para Brasil (3)43
O GLOBO - RJ - OPINIÃO ECONOMIA
Um ano depois, nada aprendemos - FLÁVIA OLIVEIRA
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA
Brasil discute reduzir em 20% tarifas adotadas no Mercosul
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA
'Abismo fiscal' vai corroer renda neste ano
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA
Pandemia faz FGTS ter menor lucro desde 2011
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA ECONOMIA
PEC emergencial entra na pauta do Senado para viabilizar volta do auxílio54
VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL ECONOMIA
Mundo vive tripla crise ambiental, diz estudo da ONU
VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL ECONOMIA

País vai a 10 milhões de casos e vê desigualdade em alta como legado..................57

### Governo quer antecipar 13° de aposentado e abono para injetar R\$ 57 bi na economia



Idiana Tomazelli, Adriana Fernandes

O governo quer garantir uma injeção de R\$ 57 bilhões na economia brasileira com a antecipação do 13.º de aposentados e pensionistas do **INSS** e do abono salarial, uma espécie de 14.º salário a trabalhadores com carteira que ganham até dois salários mínimos.

As duas medidas não têm impacto nas contas porque só alteram o calendário de um pagamento já previsto para o ano, mas devem ajudar a segurar os efeitos negativos do recrudescimento da pandemia de covid-19 sobre a atividade econômica.

A antecipação do abono é a única medida que já saiu do papel, com repasses que podem chegar a R\$ 7,33 bilhões. Já o pagamento adiantado do 13.º dos beneficiários da Previdência ainda depende de uma definição sobre o calendário. Cada parcela representa uma injeção de cerca de R\$ 25 bilhões, segundo apurou o Estadão/ Broadcast. A proposta em estudo é repetir a antecipação das duas parcelas, já realizada no ano passado.

O recurso já foi utilizado em 2020, quando o 13.º dos aposentados e pensionistas foi pago nos meses de março e maio. A divisão em 2021 ainda está indefinida e depende da disponibilidade de caixa do Tesouro Nacional, que já precisa administrar mais de R\$ 700 bilhões em compromissos com investidores da dívida pública do País nos primeiros quatro meses do ano.

A ação, porém, deve garantir algum fôlego à atividade enquanto governo e Congresso se acertam em torno do tamanho da nova rodada do auxílio emergencial a vulneráveis. Em meio ao aumento do número de casos de covid-19, a economia brasileira começou 2021 dando sinais de perda de fôlego, e a queda no Produto

Interno Bruto (PIB) pode se prolongar até o fim do segundo trimestre deste ano, minando a trajetória de recuperação aguardada pela equipe econômica.

O auxílio é um ponto delicado das negociações porque depende de dinheiro novo, a ser obtido pelo governo via endividamento, já bastante elevado por causa das medidas de socorro adotadas em 2020. Nos últimos dias, as negociações caminharam rumo a um arranjo de quatro novas parcelas de R\$ 250, mas parlamentares da base aliada do governo ainda tentam emplacar valores maiores, de R\$ 280 a R\$ 320. A equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, tem cobrado medidas de ajuste para compensar o novo esforço de ajuda à população, ainda que venham num segundo momento.

Sem impacto. Para contornar as restrições, uma das frentes de trabalho da equipe econômica tem focado em medidas sem impacto fiscal. Uma das ações em estudo é direcionar recursos hoje parados no Fundo Garantidor para Investimentos (FGI), voltado a facilitar operações de crédito a pequenas e médias empresas por meio do Programa Emergencial de Acesso a Crédito (Peac), ao Fundo de Garantia de Operações (FGO), que deu suporte ao Pronampe, programa voltado a micro, pequenas e médias empresas que teve suas linhas esgotadas diante da alta demanda. Com a transferência dos recursos, seria possível viabilizar uma nova rodada de crédito mais acessível aos pequenos empresários. As condições devem ser alteradas para permitir que mais empresas acessem a linha, com uma parcela menor do crédito garantida pelo fundo em troca de uma taxa de juros levemente maior, mas ainda abaixo do cobrado em média pelos bancos.

O governo também trabalha para baratear e facilitar o acesso de famílias beneficiárias de programas sociais a linhas de microcrédito, como já mostrou o Estadão. O uso de fundos garantidores ou mecanismos de aval solidário, em que todos os integrantes de um grupo são responsáveis pelos pagamentos em dia das prestações, são analisados para tornar a operação viável.

Em outra frente, a Procuradoria- Geral da Fazenda Nacional (PGFN) abriu uma renegociação de débitos tributários para empresas que postergaram os pagamentos de **tributos** entre março e dezembro de

O ESTADO DE S. PAULO / SP - ECONOMIA E NEGÓCIOS - pág.: B01. Sex, 19 de Fevereiro de 2021 SEGURIDADE SOCIAL

2020 e ainda não têm condições de pagá-los.

Redução de jornada. A restrição fiscal, por sua vez, tem colocado obstáculos à retomada do programa que permite às empresas reduzir salário e jornada de trabalhadores ou suspender contratos, acenada pelo próprio ministro Paulo Guedes.

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

### Novo socorro

# R\$ 250

é o valor que se cogita para a nova rodada de auxílio, mas parlamentares da base aliada tentam valor entre R\$ 280 e R\$ 300

# Clientes de bancos podem acessar serviços do governo pelo aplicativo

Clientes de instituições financeiras podem ter acesso direto a serviços digitais oferecidos pelo governo por meio dos aplicativos dos bancos.

Os serviços são da plataforma gov.br. Além da União, Distrito Federal, 11 estados e 74 municípios estão integrados à plataforma gov.br.

Atualmente, 93 milhões de pessoas têm cadastro no gov.br. Entre os principais serviços oferecidos pelo portal estão o Meu **INSS**, a Carteira Digital de Trânsito, a Carteira de Trabalho Digital, Sacar Abono Salarial e Solicitar Seguro-Desemprego.

Nos estados e nos municípios que aderiram ao gov.br, o usuário pode ter o acesso ao Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), arrecadado pelos estados, ao Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e taxas de limpeza e de iluminação pública, administrados pelos municípios que já tenham aderido ao gov.br.

Atualmente, o Banco do Brasil, Bradesco, Banrisul e BRB oferecem o acesso aos serviços por meio dos aplicativos. A Caixa estuda adesão à plataforma.

Nesta semana, o Sicoob, uma cooperativa financeira, também passou a oferecer o acesso à plataforma.

De acordo com a Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia, 5 milhões de clientes da cooperativa podem entrar na plataforma gov.br com as mesmas credenciais de acesso utilizadas no aplicativo da instituição.

A secretaria informa que o acesso por meio do aplicativo é seguro e, com a integração, o governo tem acesso apenas ao nome completo, CPF, telefone e email do usuário.

Ao acessar sites ou aplicativos governamentais que permitam a autenticação por meio da opção gov.br, o cidadão será direcionado a uma tela que apresentará o item 'Bancos Credenciados'. Ao acionálo e selecionar o Sicoob, por exemplo, entre as instituições, será direcionado para o ambiente da cooperativa, onde informará suas credenciais de acesso e receberá uma mensagem em seu celular com código de confirmação.

Após esse processo, vai ser convidado a aprovar o compartilhamento dos dados pessoais, bem como orientado sobre a forma como pode revogar essa decisão. Ao final dessa etapa, o cooperado será direcionado ao serviço que acessou originalmente já de forma identificada.

### Site:

https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-02/clientes-de-bancos-podem-acessar-servicos-do-governo-pelo-aplicativo

# Por R\$ 2, salário mínimo fica abaixo da inflação; governo não comenta

### Filipe Andretta

Em 1º de janeiro de 2021, o salário mínimo subiu de R\$ 1.045 para 1.100. Mas para dar conta da **inflação** acumulada no ano passado, o salário mínimo deveria ser R\$ 2 maior e ter chegado a R\$ 1.102, respeitando a regra da Constituição que determina um reajuste periódico para preservar o poder de compra.

Como o novo salário mínimo foi definido antes da **inflação** consolidada do ano anterior, divulgada em 12 de janeiro , é normal que haja uma diferença. O mesmo aconteceu em 2020, mas o governo corrigiu o valor antes da chegada de fevereiro.

Neste ano, com o Orçamento indefinido no Congresso e uma crise nas contas públicas, ainda não há sinal de que o salário mínimo subirá novamente. Se mantido em R\$ 1.100, milhões de empregados, aposentados e pessoas que têm benefícios do INSS vinculados ao salário mínimo nacional deixarão de receber todo mês R\$ 2. Em contrapartida, o governo economizaria cerca de R\$ 702 milhões. O governo não comentou se vai fazer o ajuste ou não.

Historicamente, o índice de **inflação** levado em conta para o reajuste é o INPC (que mede os preços para famílias com renda de 1 a 5 salários mínimos). Em 2020, o INPC acumulado foi de 5,45%, acima dos 5,22% projetados pelo governo quando publicou o último reajuste.

Apesar de ser uma diferença pequena, o novo valor aumentaria as despesas do governo em R\$ 702 milhões em 2021, segundo cálculos da equipe econômica. Isso porque o aumento do salário mínimo eleva também gastos com pessoal, além de aposentadorias e benefícios previdenciários como o BPC (Benefício de Prestação Continuada).

Além disso, o teto de gastos do governo vai ter um reajuste menor, de 2,13%. Ou seja: enquanto várias despesas subiram mais de 5% por causa do INPC, o governo só pode aumentar seu Orçamento geral em 2,13%.

O último aumento do salário mínimo veio em uma Medida Provisória (MP) do presidente Jair Bolsonaro , publicada em 31 de dezembro. Como houve uma diferença entre o INPC projetado em dezembro e o divulgado em janeiro, a correção do salário mínimo para R\$ 1.102 poderia acontecer a qualquer momento por meio de uma nova MP do presidente Bolsoanaro como foi feito no ano passado.

Em 2020, o governo havia definido que o salário mínimo seria de R\$ 1.039, mas esse valor durou apenas um mês. Com a **inflação** fechando acima do esperado, o presidente publicou em 31 de janeiro uma nova MP, reajustando o mínimo para R\$ 1.045.

O UOL perguntou ao gabinete da Presidência da República e ao Ministério da Economia se há previsão de aumentar o salário mínimo para R\$ 1.102, mas não obteve resposta.

Como toda MP é submetida à apreciação do Congresso Nacional, começando pela Câmara dos Deputados, os parlamentares também podem fazer esse ajuste. Nesse caso, o processo é mais demorado, já que uma MP tem até 120 dias para ser analisada.

A última MP do salário mínimo, que definiu o valor de R\$ 1.100, está parada na Câmara dos Deputados. Ela entrará em regime de urgência (quando terá prioridade legal na pauta) a partir de 19 de março.

Desde 2020, o salário mínimo é reajustado apenas pela **inflação**, para não perder poder de compra, como determina a Constituição.

De 2007 a 2019, a lei garantia que o piso nacional tivesse aumento real, acima da **inflação**, sempre que houvesse crescimento econômico, dentro da política de valorização do salário mínimo das gestões petistas.

Essa fórmula de cálculo levava em conta a <u>inflação</u> do ano anterior, medida pelo INPC, mais o resultado do <u>PIB</u> (Produto Interno Bruto) de dois anos antes. Sem essa lei, o governo Jair Bolsonaro decidiu apenas repor as perdas.

A Constituição Federal determina que haja um reajuste periódico do salário mínimo para preservar o poder de compra -mas não dá detalhes de como ou quando isso deve ser feito. A última política de reajuste definida por lei valeu até 2019.

Como não há mais uma regra específica vigente, o

governo não tem a obrigação de seguir à risca o reajuste pelo INPC.

Segundo Elival Ramos, professor de direito Constitucional da USP, a expectativa é que o próprio governo publique uma nova MP com o valor de R\$ 1.102, já que os últimos reajustes foram feitos a partir de projeções do INPC. Seria uma questão de coerência jurídica, afirma. Caso isso não aconteça, ele afirma que é papel do Congresso (principalmente por parte da oposição) aprovar um reajuste que garanta a reposição da **inflação**.

Rodrigo Brandão, professor de Direito Constitucional da Uerj, diz que a política de reajuste é uma decisão dos poderes Executivo e Legislativo. Caberia uma intervenção do Judiciário somente em casos extremos. Se a postura de nem repor as perdas inflacionários se repetir ao longo dos anos, isso pode justificar uma atuação judicial mais incisiva.

Élida Graziane, procuradora do Ministério Público de Contas de São Paulo, afirma que o tema dificilmente terá espaço na pauta enquanto o Congresso não aprovar o Orçamento de 2021. Provavelmente, o Executivo federal adotará a estratégia de aguardar que o Legislativo delibere no PLOA-2021 [Projeto de Lei Orçamentária Anual].

Todos os meses, o Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) calcula o salário mínimo ideal para o sustento familiar. Segundo o estudo, em janeiro de 2021 o valor para uma família de quatro pessoas deveria ter sido de R\$ 5.495,52.

De acordo com a Constituição Federal, o trabalhador tem direito a um salário mínimo capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e **previdência social** .

O professor Elival Ramos afirma que essa é uma norma que estabelece um objetivo a ser perseguido, que não será alcançado com canetadas, mas com crescimento econômico. Ele considera perfeita a política de valorização real do salário mínimo que vigorou até 2019, porque permitia um avanço no poder de compra real sem perder de vista o risco da **inflação**.

### Site:

https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/02/19/salario-minimo-reajuste-2021-inflacao-inpc-governo.htm

# De onde o governo vai tirar dinheiro para pagar novo auxílio emergencial?

### Giulia Fontes

O ministro da Economia, Paulo Guedes, e os presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), e da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), caminham para viabilizar um novo auxílio emergencial. Mas ainda faltam detalhes sobre como o governo vai pagar isso.

Pelo que foi anunciado até agora, o novo auxílio deve ser viabilizado por meio de uma cláusula de calamidade , que suspenda regras de gastos do governo. O governo deseja que o benefício seja destinado a menos pessoas e em um valor menor , de R\$ 200 ou R\$ 250. Com isso, a conta ficaria em algo como R\$ 30 bilhões - bem menos do que os R\$ 293 bilhões repassados em 2020, segundo dados do painel de monitoramento do Tesouro Nacional para os gastos da Covid-19.

Segundo Guedes, a medida viria com compensações financeiras. Até agora, a principal ação de corte de despesas mencionada pelo ministro foi o congelamento do salário de **servidores públicos**.

A ideia é de que os mecanismos sejam incluídos nas Propostas de Emenda à Constituição (PECs) Emergencial e do Pacto Federativo, que tramitam no Congresso desde 2019. A expectativa é de que os dois textos sejam unificados e votados na semana que vem. Mas não há nada formalizado.

Especialistas ouvidos pelo UOL alertam que ainda há pouca clareza sobre quais seriam as compensações no Orçamento para o pagamento do benefício.

Marcos Mendes, pesquisador associado do Insper, diz que uma nova suspensão das regras de gastos do governo deve ser feita com cuidado, para que outras despesas não sejam incluídas no pacote.

Segundo ele, porém, a sinalização é de que os ajustes dificilmente sairão do papel.

Para Felipe Salto, diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), falta um plano fiscal de médio prazo para o governo.

Segundo Matheus Rosa, pesquisador da área de Economia Aplicada do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), ligado à Fundação Getúlio Vargas (FGV), uma nova suspensão das regras de gastos, por meio da cláusula de calamidade, é a saída mais fácil para o governo. A medida, porém, não virá sem consequências.

Se não houver uma compensação, a conta virá no futuro, dizem analistas.

Na opinião de Mendes, pesquisador associado do Insper, o pagamento do auxílio sem nenhuma medida de compensação deve provocar efeitos negativos sobre a economia, como a piora das perspectivas do mercado, aumento do dólar e da **inflação**. Isso prejudica o crescimento neste e nos próximos anos.

Matheus Rosa diz que a pandemia só agravou a crise das contas públicas federais, que já existia.

A situação das contas públicas já estava ruim no ano passado, e isso dificulta as coisas agora.

Em 2020, com a aprovação do Orçamento de Guerra, regras que limitam as despesas do governo, como o teto de gastos, estavam temporariamente suspensas. Havia consenso de que o governo precisava gastar.

Mas as contas públicas ficaram em uma situação ainda pior do que já estavam. Dados do Banco Central (BC) apontam, por exemplo, que a dívida bruta do governo federal, do **INSS**, dos estados e dos municípios chegou a 89,3% do **PIB** em dezembro de 2020. No mesmo mês de 2019, a dívida estava em 75,8% do **PIB**.

Em um cenário normal, de acordo com Mendes, pesquisador associado do Insper, o Executivo teria três formas básicas de bancar o auxílio emergencial: aumentar a dívida pública, empurrando o custo de forma dispersa para toda a sociedade; reduzir despesas; ou elevar as receitas.

Mas as regras de gastos restringem o espaço para a atuação do governo.

O aumento da dívida é limitado pela regra de ouro, uma norma que impede que o governo tome dinheiro emprestado para pagar despesas como o auxílio. É preciso autorização do Congresso.

As outras duas alternativas tampouco são simples. A

despesa está no osso. O governo já cortou onde era possível, diz Mendes.

E, mesmo que aumente receitas, o Orçamento do Executivo segue restrito ao teto de gastos.

Além dessas possibilidades, economistas como Luiz Carlos Bresser-Pereira e Henrique Meirelles já defenderam, em 2020, que o governo imprima dinheiro para fazer frente às despesas da pandemia.

Na prática, o mecanismo não seria simplesmente emitir moeda, mas sim promover uma expansão do total de dinheiro que circula. Isso seria feito pelo Banco Central (BC), que poderia, por exemplo, comprar títulos públicos. O principal efeito colateral desse tipo de ação, porém, é o aumento da **inflação**.

No ano passado, a percepção era de que um aumento pontual desse dinheiro circulante não teria consequências graves, já que a atividade econômica estava deprimida. No final de 2020, contudo, a **inflação** voltou a acelerar.

Na opinião de Mendes, não existe mágica . Isso de imprimir dinheiro é uma fábula. Todo passivo do governo paga juros , afirma o pesquisador.

### Site:

https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/02/19/auxilio-emergencial-2021-financiamento-governo.htm

### Subvenção econômica e a posição da Receita (2)

### Rafael Marin

Os benefícios fiscais ou subvenções têm por característica a destinação dos recursos públicos a projetos específicos, geralmente voltados à expansão das atividades econômicas e geração de novos postos de trabalho. É bastante comum a utilização pela União, Estados e municípios de incentivos que representem redução da carga tributária com o intuito de fomentar os mais variados investimentos que possam alavancar a economia.

Esses benefícios fiscais, historicamente, são concedidos de maneiras diferentes no Brasil e comportam duas espécies: as subvenções de custeio e as subvenções de investimento. A subvenção para custeio é a transferência de recursos para uma pessoa jurídica com a finalidade de auxiliá-la no atendimento do seu conjunto de despesas. Trata-se de um auxílio econômico genérico para o adimplemento de seu passivo, cie forma indiscriminada. Esse é o caso da concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural, por meio da Lei nº 8.427, de 1992.

Já a subvenção de investimento é a transferência de recursos para uma pessoa jurídica com o intuito de auxiliá-la na aplicação em bens ou direitos para implantar ou expandir empreendimentos econômicos. Ou seja, ela está atrelada à aplicação específica em algum eventual plano de investimento.

É o que acontece, por exemplo, com as políticas governamentais que largamente são utilizadas em países desenvolvidos no sentido de estimular a inovação nas empresas. É o caso do marco regulatório estabelecido a partir da aprovação da Lei nº 10.973 (Lei da Inovação), de dezembro de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.563, de outubro de 2005, e da Lei nº 11.196 (Lei do Bem), de novembro de 2005, regulamentada pelo Decreto nº 5.798, de junho de 2006. Aqui, a contraprestação por parte do contribuinte é mais rigorosa.

Agora, vamos analisar o que está acontecendo com os incentivos fiscais concedidos pelos Estados para atração de investimentos por meio da redução do valor do ICMS. Quando o benefício é concedido, acaba ocorrendo o aumento do lucro real das empresas e, portanto, aumento nas bases de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição

Sobre o Lucro Líquido (CSLL).

Isso porque a Receita Federal entende que eles representam a entrada de receita nova ao contribuinte. Só que, com o advento da Lei Complementar nº 160, de 2017, esses incentivos podem passar a ser considerados subvenções para investimento. E as subvenções para investimento, segundo a própria Receita, não precisam ser computadas na determinação do lucro real - sem cobrança, portanto, de IRPJ e CSLL sobre o valor -, desde que observadas as condições impostas por lei.

Surpreendentemente, no fim de 2020, o órgão manifestou posição discrepante. A Solução de Consulta nº 145/2020 diz que os benefícios fiscais de ICMS podem ser excluídos da base de cálculo de ambos os <u>tributos</u> apenas quando comprovado que foram concedidos como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos - requisito imposto pelo artigo 30 da Lei nº

12.973, de 2014. No entanto, a exigência de comprovação é irrelevante, já que uma empresa recebe subvenção para investimento somente se cumprir essas condições. Ou seja, mudou de entendimento, mesmo sem a alteração legislativa, e criou mais um desnecessário obstáculo burocrático para o contribuinte.

Trata-se de uma ilegalidade notória. Ora, a 2a Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) já decidiu, em recurso especial, que os créditos presumidos de ICMS (subvenções para investimento) não constituem receita tributável e, independentemente se de custeio ou para investimento, as subvenções não serão computadas no lucro real - não havendo pagamento de IRPJ e CSLL

Em outras palavras, o Superior Tribunal de Justiça entende que, a partir do momento que os Estados da federação concedem determinados benefícios, esses representam renúncia fiscal em favor do contribuinte com o intuito de fomentar a economia. Por isso, não pode o outro ente público, a União, exigir seus **tributos** sobre os mesmos.

A natureza da subvenção é incentivar e estimular empreendimentos econômicos e não pode ser transformada em requisito. Mais do que nunca, o

VALOR ECONÔMICO / SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS - pág.: E02. Sex, 19 de Fevereiro de 2021 RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Judiciário passou a ser aliado do contribuinte na manutenção da legalidade. Segundo Francis Fukuyama, a capacidade institucional de um Estado é fundamental para que ele possa funcionar de forma plena. Ele responde: "O que são Estados fracassados, afinal? A literatura entende o fracasso estatal como a falta de capacidade institucional para desempenhar funções básicas". Com esse intolerável ativismo fazendário que gera litígio e mais burocracia, somos obrigados a aceitar a crítica: "Temos um Estado fraco".

Rafael Marin é advogado e sócio da Biolchi Empresarial

Site: https://valor.globo.com/impresso

## Bolsonaro critica presidente da Petrobras por reajustes de preços



Matheus Schuch e Lu Aiko Otta De Brasília \* 1

Irritado com um novo aumento no preço dos combustíveis pela Petrobras, o presidente Jair Bolsonaro criticou o presidente cia companhia, Roberto Castello Branco, e disse que, embora não possa e "nem iria interferir" na empresa, "alguma coisa vai acontecer na Petrobras nos próximos dias". Ele também anunciou que, a partir de 1 de março, o governo irá zerar os **impostos** federais incidentes no diesel e no gás de cozinha. Nas últimas semanas, a estatal anunciou aumentos de 15,2% para o diesel e de 10,2% para a gasolina

Bolsonaro criticou a atuação da Receita Federal e da Agência Nacional do Petróleo, dizendo que "ninguém dá bola para nada", e abordou na sequência o caso da estatal. "Você vai em cima da Petrobras e ela fala: "Opa, não é obrigação minha". Ou como disse o presidente da Petrobras há poucos dias: "Eu não tenho nada a ver com caminhoneiro. Eu aumento o preço aqui e não tenho nada a ver com caminhoneiro". Foi o que ele falou, o presidente da Petrobras. Isso vai ter uma consequência, obviamente", afirmou, em transmissão nas redes sociais, chamando o reajuste de "excessivo" e "fora da curva".

No caso do diesel, a suspensão de imposto federal valerá por dois meses. Segundo Bolsonaro, a perda de receita anual seria de R\$ 26,9 bilhões. Já o ministro Guedes estimou em menos R\$ 20,1 bilhões. Se for por dois meses seria de R\$ 3 bilhões. Do gás, a tributação será zerada "ad aetemum", segundo o presidente.

Nos últimos dias, resistente em aceitaras alternativas da equipe econômica para compensar a perda de arrecadação, Bolsonaro chegou a sugerir que houvesse exceção nas exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) em momentos de calamidade para permitir a redução de **impostos** sem

que se aponte outra fonte de receita. Na "live" de ontem, porém, ele não voltou no assunto.

"Neste período, vamos estudar maneira definitiva de zerar este imposto [PIS/Cofins do diesel]", explicou o presidente. "Isso vai contrabalancear este aumento excessivo da Petrobras, mas eu não posso interferir, nem iria interferir [na estatal]. Se bem que alguma coisa vai acontecer na Petrobras nos próximos dias. Você tem que mudar alguma coisa, vai acontecer", complementou.

A decisão foi tomada em reunião com o ministro da Economia, Paulo Guedes, durante a tarde. Ainda de acordo com o presidente, o reajuste anunciado pela estatal - de 10% sobre gasolina e 15% no diesel-segue os preços internacionais e não depende dele. "A bronca vem sempre para cima de mim, só que a Petrobras tem autonomia. Petrobras tem garantia e autonomia para aumentar os combustíveis", reclamou.

O presidente também defendeu que a solução definitiva sobre o preço dos combustíveis dependerá da analise do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) sobre o ICMS, que é cobrado pelos Estados. Um projeto enviado pelo Planalto ao Congresso prevê revisão do imposto. "O Confaz vai decidir [sobre tributação de combustíveis nos Estados], acho que podería dizer um valor máximo para o ICMS. Parece que quanto mais pobre é o Estado maior é o imposto de combustíveis."

Preocupado em dar uma satisfação aos caminhoneiros, Bolsonaro levou em sua transmissão o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, principal interlocutor do governo com a categoria. O ministro garantiu que sua pasta estuda uma série de medidas para tornar "mais fácil" o trabalho dos motoristas.

"Nós temos o próprio estudo da questão do combustível em si, que está sendo levado em consideração, então tem algumas alternativas para amortecer essa volatilidade que vem do mercado externo. Então nós estamos trabalhando todas as possibilidades para tomar o custo do transporte menor, e a vida do nosso profissional do volante, sobretudo, mais fácil."

As declarações de Bolsonaro e do ministro da

Infraestrutura ocorreram pouco tempo depois de a Associação Brasileira dos Condutores de Veículos Automotores (Abrava) criticar os reajustes. "O que nos faz questionar onde está a palavra do governo federal que na pessoa do presidente da República sinalizou a diminuição dos impostos federais dos combustíveis e vamos para o quarto aumento consecutivo em menos de trinta dias se mantendo inerte e nada fez de concreto até o presente momento", disse nota o presidente da entidade, Wallace Landim.

Na nota, ele lembra que a associação solicitou a Guedes a redução a zero dos <u>tributos</u> federais sobre combustíveis no dia 26 de janeiro. O pedido teve por base o desafio lançado por Bolsonaro, de zerar a tributação se os governadores fizessem o mesmo. "Precisamos que o presidente da República dê a devida atenção a esta questão, com medidas efetivas e não apenas promessas vazias e sem nenhum cumprimento, afinal a nação está sofrendo as consequências das frequentes altas no preço do combustível", aponta o documento, divulgado antes da transmissão de Bolsonaro nas redes sociais.

Para Marcelo Mesquita, sócio-fundador da Leblon Equities e conselheiro eleito pelos minoritários na Petrobras, é o "fim da picada" ver essa discussão pública com "frases enigmáticas que só geram volatilidade e tensão no mercado, e aumentam o risco Brasil e o dólar".

Ele explica que hoje existem restrições a tentativas de interferência política na estatal, mas esse tipo de ruído pesa em toda a gestão pública das estatais listadas em bolsa.

"Não adianta se eleger e dizer que vai fazer diferente do PT, mas fazer tudo igual. Isso é estelionato eleitoral", afirma o profissional. Para ele, esse tipo de debate relembra interferências políticas na Petrobras em gestões anteriores, algo que trava o desenvolvimento do país. "Não conseguimos avançar se discutimos os mesmos temas depois de ter aprendido lições do passado. É o fim da picada ver essa discussão pública", diz.

Para o executivo, a declaração de Bolsonaro é "enigmática e desnecessária", já que o presidente deveria estar tentando reduzir **impostos** e diminuir o tamanho do Estado. "São comentários que dificultam a gestão da política econômica, da Petrobras e de todas as estatais", diz. "Uma pessoa que tem poder não pode ficar vociferando coisas assim. As declarações geram volatilidade, geram dificuldade para o ambiente de negócios no país. E são só comentários, não temos fatos", explica. "Todas as commodities estão caras no Brasil e não é só o câmbio. Os **impostos** são muito altos. Precisamos de uma reforma administrativa e

tributária urgente para reduzir o custo do Estado e aumentar a eficiência do país", diz. "Não é no grito que vamos arrumar o país. A interferência na Petrobras não vai acontecer de novo. Temos investidores atentos aqui no Brasil, em Nova York e no mundo todo de olhos abertos. E temos os reguladores também bem atentos SEC, DoJ, CVM, TCU, MP, Cade, ANP etc.", diz.

"Mesmo que o presidente troque as pessoas, o CEO etc., a lei é a lei e não será fácil achar pessoas ilibadas e qualificadas dispostas a fazer um papel errado na empresa. As instituições são mais fortes do que as pessoas e a empresa vai resistir com a lei a qualquer interferência, se houver. Até hoje felizmente ainda não houve interferência, apenas toda esta gritaria incompreensível". Em outros momentos da live de ontem, Bolsonaro ainda rebateu comentários de internautas sobre mais assuntos, mas evitou comentar a situação do deputado federal Daniel Silveira (PSL-RJ), seu apoiador, que foi preso por determinação do Supremo Tribunal Federal no âmbito do processo dos atos antidemocráticos.

### Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor\_pro=1#/edition/186695?page=1&section=1

### Congelamento de salário de servidor sai de cena



MARINA BARBOSALUIZ CALCAGNO

Para garantir celeridade na retomada do auxílio emergencial, o governo federal deve enxugar as medidas de ajuste fiscal que foram solicitadas como contrapartida ao benefício e editar uma medida provisória liberando o auxílio, com valor definido, assim que esse "marco fiscal" for aprovado pelo Congresso. O trâmite pode livrar os **servidores públicos** de novos congelamentos salariais e cortes de jornada neste momento e foi acordado, ontem, com os líderes do Senado, que dará início à votação das medidas de ajuste fiscal na próxima semana.

O "novo marco fiscal" foi acertado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, com os presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), e da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL). E busca mostrar ao mercado que, ao mesmo tempo em que fará uma nova rodada de gastos com a ajuda aos mais vulneráveis, o governo trabalhará em medidas de ajuste das contas públicas. A ideia é avançar com as Propostas de Emenda à Constituição (PECs) Emergencial e do Pacto Federativo, mas haverá ajustes para garantir que a votação dessas propostas seja rápida e que o auxílio possa ser pago já em março. A princípio o valor será de R\$ 250.

Relator das duas PECs, o senador Marcio Bittar (MDB-AC) disse que esse ajuste começa pela unificação das propostas em um único texto, que deve ser apresentado até segunda-feira. "Deve ser apresentado

um texto só. O fundamental para o país é que a gente dê um sinal completo. É uma moeda de duas faces. Apresenta uma solução a milhares de brasileiros que não têm o que comer, porque as pessoas precisam ainda da ajuda do Estado, ao mesmo tempo em que sinaliza, concretamente, para a retomada da agenda para a qual o presidente Bolsonaro foi eleito", afirmou Bittar, que conversou sobre o assunto com Guedes, Pacheco e Lira, ontem.

Esse texto único deve tratar apenas do que é essencial para a aprovação do benefício aos mais vulneráveis, evitando pontos polêmicos que poderiam emperrar as discussões e atrasar a volta do auxílio emergencial. Portanto, podem ser deixadas de lado medidas como o congelamento do salário dos servidores públicos - proposta que consta do texto original da PEC Emergencial, mas sofre resistência do funcionalismo público e de parte do Congresso e, por isso, deve ser debatida apenas em um segundo momento, de mais fácil negociação.

"O governo adiantou, por meio do seu líder, que vai enxugar pontos mais polêmicos. Trazer de oito para quatro áreas, concentrar basicamente na questão fiscal, sustentabilidade da dívida, regra de ouro e acionar as ressalvas. Enxugar o processo para que a gente possa votar", contou o líder da Minoria no Senado, Jean Paul Prates (PT-RN), após a reunião de líderes do Senado. "Algumas coisas serão desidratadas, dissecadas, para ficar só o que é necessário para ter o auxílio emergencial", acrescentou. Tramitação aceleradaMarcio Bittar não falou sobre o mérito das Propostas de Emenda à Constituição. Porém, afirmou que o importante é que "alguma coisa das PECs" volte para a pauta, após reunião no Ministério da Economia. Jean Paul Prates explicou que, ao retirar os pontos polêmicos, será possível fechar um acordo para que a tramitação seja acelerada e a nova PEC seja aprovada na próxima quinta-feira no Senado, possivelmente em primeiro e segundo turnos. Desta forma, a proposta já poderia ser votada na semana seguinte na Câmara, garantindo a volta do auxílio emergencial ainda em março.

O presidente da Câmara, Arthur Lira, reforçou o compromisso de priorizar essa agenda, apesar da prisão do deputado bolsonarista Daniel Silveira (PSL-RJ), que tem movimentado a Casa nos últimos dias. "As pautas traçadas pelo governo federal, pela

Câmara e pelo Senado continuarão firmes, sem obstáculos, para que a discussão e a aprovação aconteçam o mais rapidamente possível", afirmou Lira. "Todos os outros assuntos são laterais." Confirmada a aprovação do marco fiscal na Câmara e no Senado, a volta do auxílio deve ser confirmada por meio de uma medida provisória, segundo informou o líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), aos demais líderes partidários. O auxílio será financiado, portanto, por meio de um crédito extraordinário. Para isso, uma proposta que será mantida na PEC Emergencial e na PEC do Pacto Federativo é a cláusula de calamidade pública que vai permitir ao governo criar um Orçamento de Guerra, fora do teto de gastos, para o auxílio emergencial. Mercado teme por ajuste O dia começou tranquilo no mercado financeiro, ontem, mas, pouco a pouco, o humor dos investidores foi sendo contaminado pelas notícias do imbróglio político entre o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Congresso e o receio de que a aprovação de nova rodada do auxílio emergencial termine por agravar a situação das contas públicas. A Bolsa de Valores de São Paulo (B3) encerrou o dia com queda de 0,95%, aos 119.199 pontos. Muitos correram para o dólar, que fechou cotado a R\$ 5,438 para compra e a R\$ 5,440 para a venda, com alta de 0,48%.

## PEC Emergencial põe em risco direitos dos mais vulneráveis (2)

LUCIANA GRANDO BREGOLIN DYTZPresidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais (Anadef)

A pandemia do novo coronavírus nos trouxe uma série de reflexões, entre as quais a importância de profissionais como médicos, enfermeiros, cientistas e professores. Muitos desses trabalhadores são **servidores públicos**, que têm exercido seu compromisso de atuar para o bem comum. A sociedade aplaude e reconhece seu papel, mas iniciativas em tramitação no Congresso Nacional vão na direção contrária. Uma delas é a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 186/2019, chamada de Emergencial, apontada como uma das prioridades da agenda do governo federal em 2021.

Neste reinício dos trabalhos legislativos, deputados e senadores precisam avaliar com cuidado os impactos da proposta na oferta de serviços essenciais à população. É temerária, por exemplo, a possibilidade nela prevista de diminuição de carga horária e salário do funcionalismo. Redução de jornada significa um número menor de servidores em atuação, quando já existe escassez de pessoas em muitas áreas.

Os riscos de medidas dessa natureza são perceptíveis em segmentos como saúde, educação e segurança. No entanto, é necessária uma análise mais detida sobre o perigo para o conjunto do serviço público caso a PEC seja aprovada. Carreiras que, à primeira vista, não se encaixam no conceito de atividade essencial ficariam à mercê do discernimento dos ocupantes de cargos políticos, que poderiam decidir em que áreas operariam os cortes para cumprir a nova regra.

A proibição de novas contratações, também prevista, poderia atingir, por exemplo, o direito dos mais necessitados à assistência jurídica. Atualmente, há 643 defensores públicos federais em atividade para um público-alvo conservadoramente estimado em 80 milhões de brasileiros. A Constituição prevê que a Defensoria Pública esteja presente, até 2022, em todos os locais onde há um juiz federal, mas, nos últimos anos, pouco se avançou no Legislativo para cumprir a determinação constitucional.

Nem é preciso entrar em detalhes sobre a necessidade e o mérito dessa medida. É notório o trabalho de proteção aos mais vulneráveis feito por defensoras e defensores públicos durante a pandemia. A Defensoria Pública agiu decisivamente para garantir o pagamento do auxílio emergencial aos mais necessitados, especialmente aqueles que, por alguma razão, tiveram o pedido negado. Diante da tragédia causada pela falta de oxigênio hospitalar no Amazonas, tem também atuado diuturnamente para assegurar atendimento de saúde digno aos moradores do estado.

A PEC Emergencial, no entanto, ignora questões como essa, que demonstram a complexidade de funções existentes no serviço público. Principalmente, a proposta parte de uma concepção equivocada. O funcionalismo não pode ser visto apenas como uma despesa a ser cortada linearmente com base na frieza de planilhas de custo. É necessário um debate mais consistente sobre o papel do Estado no Brasil, que ainda possui uma imensa população pobre. Deputados e senadores devem refletir sobre o perigo de precarização de uma rede de proteção social ofertada pelo serviço público.

A nenhum brasileiro interessa o descontrole das contas públicas. A responsabilidade fiscal é um valor a ser perseguido pelos gestores e deve ser cumprida. Soluções simplistas, no entanto, não resolvem o problema e, muitas vezes, criam outros ainda mais graves. Em vez disso, as distorções devem ser corrigidas, eliminando os gastos excessivos e pouco efetivos, extinguindo benefícios a grupos privilegiados, entre outras medidas.

Os cidadãos de baixa renda são, geralmente, os que mais sofrem quando o Estado se ausenta. Mas a pandemia demonstrou que toda a sociedade depende, em alguma medida, do trabalho dos **servidores públicos**. É preciso valorizá-los e dar-lhes as condições para que apresentem resultados com excelência.

### Fake news, polarização e inquietação militar dominavam política em 1921

### Oscar Pilagallo SÃO PAULO

Debate sucessório incipiente, disseminação de fake news, inquietação militar, polarização ideológica. A identificação de alguns temas dominantes no noticiário de 1921 poderia levar à conclusão de que o Brasil não mudou muito em cem anos.

A coincidência de assuntos em destaque, no entanto, não é indicativo de que o Brasil de hoje seja semelhante ao país de nossos avós ou bisavós.

O início dos anos 20 do século passado foi um período de transição. Muitas das guinadas de efeito duradouro que só se concretizariam em 1922 resultaram do caldeirão de transformações políticas, sociais e culturais que já fervilhava no ano anterior.

Começavam a aparecer as primeiras fissuras nos pilares da política oligárquica, que desde o início do século sustentava a Primeira República. Novos atores ensaiavam entrar no palco da política nacional, onde encenariam um roteiro que, para o bem e para o mal, daria cara nova ao país nos anos seguintes.

Esse período ainda teria uma sobrevida, até a chamada revolução de 1930.

O Brasil não passava de uma pequena fração do que é atualmente -seus cerca de 30 milhões de habitantes eram 15% da população de hoje. Mas vinha crescendo com alguma velocidade. O país tinha dobrado a população desde a virada para o século 20.

Ao contrário da nação predominantemente agrária dos tempos do Império, cerca de metade das pessoas já vivia nas cidades. Dois terços, no entanto, embora morassem em centros urbanos, ainda dependiam de atividades rurais -era a população "rurbana", na expressão cunhada por Raymundo Faoro em "Os Donos do Poder".

A industrialização embrionária havia introduzido o que os jornais da época, com um olhar de cima para baixo, chamavam de "questão social". Ainda estava fresca na memória a greve que, em 1917, havia paralisado as fábricas de São Paulo -quase todos os 50 mil operários da cidade cruzaram os braços.

Nos anos seguintes, eclodiram centenas de

movimentos similares, ainda que de menor envergadura. No Rio de Janeiro, onde a maioria dos trabalhadores era brasileira, o movimento se alimentava de reivindicações salariais. Em São Paulo, com a influência dos operários estrangeiros anarquistas, o sindicalismo tinha também um veio revolucionário.

Em 1921, todos esses elementos novos nutriam o noticiário. O operariado e uma emergente classe média -com mais funcionários públicos, comerciantes e profissionais liberais- exerciam uma pressão difusa contra os esquemas eleitorais viciados da Primeira República, que subtraíam qualquer representatividade aos governos.

O presidente era o paraibano Epitácio Pessoa. O conhecido arranjo em que São Paulo e Minas Gerais se alternavam no poder -a política do café-com-leitedaria margem a se imaginar que um mandatário de outro Estado representasse algum grau de ruptura. Mas não era o caso.

Epitácio fora escolhido para resolver o impasse criado entre as elites dominantes, com a morte, em 1919, do presidente eleito Rodrigues Alves. Depois de tentar, sem êxito, manter uma equidistância entre paulistas e mineiros, o paraibano acabou pendendo para o lado dos barões do café.

Sem se livrar totalmente da sua condição de outsider, Epitácio não conseguiu influenciar o processo sucessório. Depois do interregno que representou seu mandato, São Paulo e Minas retomaram o acordo de seus partidos republicanos locais e, no início de 1921, na metade do governo de Epitácio, já haviam decidido que o presidente seguinte seria um mineiro -Arthur Bernardes.

A antecipação do resultado, porém, não garantiria um processo eleitoral tranquilo. Ao contrário, a candidatura de Bernardes foi objeto de uma campanha oposicionista espalhafatosa para os padrões elitistas da época e dominada pelo que hoje os brasileiros chamam de fake news.

O entendimento dos fatos, que era simples para os contemporâneos, depende de um breve contexto. Colocado à margem da decisão principal, Epitácio ficaria com uma espécie de prêmio de consolação: a escolha do candidato a vice-presidente. Contrariado com os caciques do Rio e de São Paulo, no entanto, ele abriu mão da prerrogativa, tumultuando o meio de campo do jogo sucessório.

A atitude de Epitácio abriu espaço para uma disputa acirrada entre outros estados com menos peso no cenário nacional. O Rio Grande do Sul, sempre interessado em ampliar a presença na política nacional, tentou preencher a vaga de vice. Sem êxito, porém, bandeou-se para a oposição.

Encabeçava a chapa da oposição o ex-presidente Nilo Peçanha, que governara com o apoio de Pinheiro Machado, um nome central na política gaúcha. Herdeiro de um mandato-tampão (obtido com a morte do presidente mineiro Afonso Pena, em 1909), o fluminense Peçanha e os gaúchos haviam feito o sucessor, o marechal Hermes da Fonseca. Foi o único momento em que, depois de instituída como principal mecanismo do exercício de poder alternado, a política do café-com-leite não prevaleceu.

Em 1921, Peçanha contava também com o apoio da Bahia e de Pernambuco, estados também preteridos, ao lado do Rio Grande do Sul, na escolha do vice de Bernardes. Juntos, eles formaram a Reação Republicana, movimento que agitaria a campanha eleitoral e provocaria inquietação militar.

A crise teve início em outubro, quando um jornal do Rio, o "Correio da Manhã", publicou duas cartas, atribuídas a Bernardes, com ataques a Hermes da Fonseca e Nilo Peçanha.

O Exército gostava tanto de Hermes que o havia catapultado para a presidência do influente Clube Militar. O recente banquete que marcara sua posse foi alvo de provocação.

"Estou informado do ridículo e acintoso banquete dado pelo Hermes, esse sargentão sem compostura, aos seus apaniguados", teria escrito o candidato Bernardes. Peçanha é tratado como "moleque" e "pobre mulato". Generais são chamados de "anarquizadores".

O objetivo das cartas era antagonizar seu suposto autor com os eleitores de centros urbanos, como o próprio Rio, onde Hermes e Peçanha desfrutavam de popularidade.

O Clube Militar encomendou uma perícia, que atestou a autenticidade dos manuscritos. No final do ano, a dois meses do pleito, os militares exigiram a retirada da candidatura de Bernardes, o que não aconteceria, e passaram a apoiar Peçanha.

Posteriormente, ficaria provado que as cartas -que haviam sido usadas meses antes para chantagear o próprio Bernardes- eram falsas. Ao publicá-las sem qualquer checagem, o jornal, antigovernista, prestouse a fazer o jogo da oposição.

Do ponto de vista eleitoral, a armação foi inócua. Sem surpresa, Bernardes seria eleito em março do ano seguinte. Mas a excitação da caserna levaria à eclosão do tenentismo em 1922, um movimento em defesa de ideias liberais pela via autoritária, algo que marcaria a política brasileira pelas décadas seguintes.

Homem público deslocado do centro do poder mesmo antes do final de seu mandato, Epitácio Pessoa garantiu uma sobrevida ao sistema oligárquico, inclusive decretando o estado de sítio, após a tentativa frustrada da tomada do Forte de Copacabana em 5 de julho de 1922.

Perdeu muitas batalhas. Ainda na crise sucessória, foi deixado falando sozinho quando sugeriu que Bernardes, depois de eleito, desistisse de tomar posse, uma vez que, em sua avaliação, ele não se sustentaria muito tempo no governo.

Mas o ex-senador e ex-ministro do Supremo Tribunal Federal usou seu prestígio pessoal na defesa dos interesses da elite, governando numa época em que o modelo vigente dava sinais de desgaste e o novo ainda não nascera.

Se 1922 foi o ano da grande agitação, 1921 foi o ano da preparação. Arquitetava-se a Semana de Arte Moderna, um ponto de inflexão na literatura brasileira. Debatia-se a formação do Partido Comunista, um dos polos ideológicos em que o mundo seria dividido nas décadas seguintes. E se alimentava a fogueira da revolta tenentista, que no fim dos anos 20 ajudaria a derrubar a Primeira República.

Em 1921, os episódios que marcariam 1922 estavam no forno.

CÂMARA EM 1921

303 deputados

3 anos de mandato

Presidente

Arnolfo Rodrigues de Azevedo (PRP, Partido Republicano Paulista), de São Paulo, era governista

Câmara em 2021

513 deputados

4 and 3 de mandato
Presidente
Arthur Lira (PP-AL)
SENADO EM 1921
63 senadores (3 por estado)
9 anos de mandato
Presidente
Estácio Coimbra (PRB, Partido Republicano Baiano) de Pernambuco, era governista
Senado em 2021
81 senadores (3 por estado)
8 anos de mandato
Presidente
Rodrigo Pacheco (DEM-MG)
STF EM 1921
15 ministros (mandato vitalício)
STF em 2021
11 ministros (mandato com aposentadoria compulsória aos 75 anos)
Site: https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=494 42

4 anos de mandato

### Funcionalismo mantém desconfiança sobre o arrocho fiscal

Os rumores de que o governo pretendia condicionar o pagamento de mais quatro meses de auxílio emergencial ao congelamento do salário dos servidores revoltou o funcionalismo. Eles venceram a primeira batalha, porque esse item deve ser retirado da PEC Emergencial, mas não baixaram a guarda diante da ameaça de outras medidas no mesmo sentido. "O governo quer jogar 67 milhões de brasileiros que estão com o pires na mão contra os servidores, como se fôssemos os culpados pelo fracasso da equipe econômica, que não tem capacidade para administrar o país", afirmou Sérgio Ronaldo da Silva, secretário-geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef).

"Como falar em congelamento de salários, se isso já acontece desde janeiro de 2017? A perda do poder de compra está chegando próximo aos 35%", afirmou Silva. Ele lembrou que cerca de 65% dos servidores estão pendurados no crédito consignado. "Devem R\$ 222,2 bilhões aos bancos, descontados nos contracheques."

Rudinei Marques, presidente do Fórum Nacional das Carreiras de Estado (Fonacate), afirmou que, até o fim do ano, o governo vai economizar R\$ 18,7 bilhões com o congelamento salarial em curso. "Esse valor atingirá R\$ 30 bilhões no primeiro ano do próximo governo. Se considerarmos a **inflação** medida pelo IGP-M, que disparou nos últimos meses, o governo fará um caixa de R\$ 75,4 bilhões", disse. Medidas dessa natureza, reforçou, são contraproducentes quando a economia precisa de estímulos.

"Estudos do Cedeplar/UFMG apontam os efeitos contracionistas da PEC Emergencial, pois, por um lado, é um dinheiro que deixa de circular na economia e de movimentar as cadeias produtivas, por outro, gera incertezas que impedem investimentos", analisou Marques.

Segundo Vladimir Nepomuceno, diretor da Insight Assessoria Parlamentar, para financiar o combate à pandemia, "bastaria fazer uma **reforma tributária** onde os verdadeiramente ricos fossem tributados".

### Site:

http://www.correiobraziliense.com.br/economia/2021/02/4907466-funcionalismo-mantem-desconfianca-sobre-o-

CORREIO BRAZILIENSE / ON LINE. Sex, 19 de Fevereiro de 2021 REFORMA TRIBUTÁRIA

arrocho-fiscal.html

### Servidores vencem a primeira batalha

### Vera Batista

As notícias de que o governo pretendia condicionar o pagamento de mais quatro meses de auxílio emergencial para a população de baixa renda ao congelamento do salário dos servidores indignou o funcionalismo. "Não é preciso cortar de quem já ganha pouco para custear o combate à pandemia ou outra qualquer calamidade pública", alerta Vladimir Nepomuceno

Eles venceram a primeira etapa da briga, porque esse item foi retirado da PEC Emergencial, mas não baixaram a guarda diante da ameaça de outras medidas no mesmo sentido. "O governo quer jogar cerca de 67 milhões de brasileiros que estão com o pires na mão contra os servidores, como se fôssemos os culpados pelo fracasso da equipe econômica, que não tem capacidade para administrar o país", afirmou Sérgio Ronaldo da Silva, secretário-geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef).

"Como falar em congelamento de salários, se isso já acontece desde janeiro de 2017? É uma repetição sem limites desse senhor (ministro da Economia, Paulo Guedes). Estamos fazendo um levantamento para refrescar a memória dele e mostrar que a perda do poder de compra está chegando próximo aos 35%", afirmou Silva. Ele lembrou que cerca de 65% dos servidores estão pendurados até o pescoço nos consignados. "Devem R\$ 222,2 bilhões aos bancos, descontados nos contracheques. Vamos lançar uma campanha no final de fevereiro para desmistificar essas mentiras".

Rudinei Marques, presidente do Fórum Nacional das Carreiras de Estado (Fonacate), lembrou que o teto de gastos limita as despesas à **inflação** medida pelo IPCA. Nas contas dele, até o final do ano, o governo federal vai economizar R\$ 18,7 bilhões com o congelamento salarial em curso. "Esse valor atingirá a cifra de R\$ 30 bilhões no primeiro ano do próximo governo. Se considerarmos a **inflação** medida pelo IGP-M, que disparou nos últimos meses, o governo fará um caixa de R\$ 75,4 bilhões pela falta de reposição salarial ao funcionalismo", disse. Medidas dessa natureza, reforçou, são contraproducentes quando a economia precisa de estímulos.

"Estudos do Cedeplar/UFMG apontam os possíveis efeitos contracionistas da PEC Emergencial, pois por um lado é um dinheiro que deixa de circular na

economia e de movimentar as cadeias produtivas, por outro gera incertezas que impedem investimentos e, ainda, representa redução da oferta de serviços públicos em áreas como saúde, educação e assistência social", analisou Marques. Vladimir Nepomuceno, diretor da Insight Assessoria Parlamentar, completou que não é preciso cortar de quem já ganha pouco para custear o combate à pandemia ou outra qualquer calamidade pública.

"Basta fazer uma reforma tributária onde os verdadeiramente mais ricos fossem tributados. Pelo menos o 1% mais rico já seria suficiente para custear todas as despesas dessa pandemia atual. Por que não cobrar sobre lucros e dividendos, sobre aviões e embarcações, que hoje são isentas? Por que não diminuir as isenções, principalmente do agronegócio exportador, que é cada dia mais rico e nada paga sobre essa riqueza?", questionou. Até mesmo especialistas que defendem o teto dos gastos e o ajuste fiscal, olham o congelamento com reservas.

O economista Gil Castello Branco, secretário-geral da Associação Contas Abertas, assinalou que, "ainda que existam estudos demonstrando que o salário médio do servidor público é maior do que o da iniciativa privada, a meu ver a suspensão de reajustes salariais para o funcionalismo público tem que ser uma medida temporária e - se indispensável for - justa". No Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), segundo a Instituição Fiscal Independente, do Senado, há R\$ 7,1 bilhões de alta para pessoal militar (lei 13.954/19), apontou. "Trata-se de exceção à lei complementar 173/20, que impediu reajustes a todas as outras carreiras. Por que esse tratamento diferenciado?", reforçou o questionamento.

Além disso, há outras áreas que precisam ser analisadas para que o ônus não seja apenas o do servidor público, afirmou Castello Branco. "Os gastos tributários, por exemplo, somam R\$ 307,9 bilhões. Dinheiro que o governo deixa de arrecadar a título de renúncia de receita, para beneficiar determinados setores. Será que um pente fino nesses benefícios não iria gerar recursos para custear ao menos parte do auxílio? Na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2020 estava prevista a revisão dos benefícios tributários para redução anual equivalente a cinco décimos por cento do PIB até 2022. Quanto foi efetivamente cortado? Em quais setores?", questionou Castello Branco.

Site:

CORREIO BRAZILIENSE / ON LINE - SERVIDOR. Sex, 19 de Fevereiro de 2021 REFORMA TRIBUTÁRIA

https://blogs.correiobraziliense.com.br/servidor/servidores-vencem-a-primeira-batalha/

# Tabela do IR acumula defasagem de 113%; saiba quanto seria o imposto com correção

### Por Darlan Alvarenga, G1

Sem qualquer correção desde 2015, a tabela do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) tem levado o brasileiro a pagar mais dinheiro ao governo a cada ano. Segundo o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da **Receita Federal** (Sindifisco), a defasagem chegou a 113,09%, considerando a **inflação** acumulada de 1996 a 2019 e as atualizações feitas na tabela no mesmo período.

Dados do IR mostram profissões com maior renda média e mais isençõesTaxar ricos para financiar política social elevaria <u>PIB</u> em 2,4%, diz estudo da USP

Entre 1996 e 2020, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), considerado a <u>inflação</u> oficial do país, acumulou uma variação de 346,69%, o que supera em muito os reajustes nas faixas de cobrança do IR, que ficaram em 109,63%, segundo cálculos do Sindifisco. O ano inicial do estudo é 1996 porque foi a partir de quando a tabela começou a ter os valores em reais.

A correção da tabela foi uma promessa de campanha do presidente Jair Bolsonaro em 2018. Em janeiro, Bolsonaro voltou a afirmar que gostaria de mexer nas faixas de cobrança do tributo, mas que não poderia fazer nada, porque o Brasil está quebrado.

Defasagem deixa mais gente fora dos limites de isenção

A defasagem da tabela leva pessoas com salários cada vez menores para a base de contribuição. Em 1996, a isenção do tributo beneficiava quem recebia até nove salários mínimos - relação que caiu para 2 salários mínimos em 2018, chegando a 1,73 em 2021.

Segundo o Sindifisco, se toda a defasagem acumulada nos últimos anos fosse corrigida, a faixa de isenção, por exemplo, que hoje vai até R\$ 1.903,98 por mês, deveria ser ampliada para quem ganha até R\$ 4.022,89. Ou seja, menos gente seria obrigada a pagar imposto. Veja tabela abaixo:

Outro estudo divulgado pela Associação Nacional dos Auditores da Receita Fiscal (Unafisco) estimou que praticamente 13 milhões de contribuintes deixariam de pagar o imposto, se fosse corrigida toda a defasagem da tabela do IR.

No ano passado, o Fisco recebeu 31,98 milhões de declarações, o que representou um aumento de 4,25% na comparação com o ano anterior.

Em razão da não correção da tabela do IRPF, os contribuintes estão arcando com uma tributação sobre a renda a cada ano mais gravosa, uma vez que suas rendas são ajustadas pela <u>inflação</u>, em virtude de negociações trabalhistas ou com o contratante, ao passo que a tabela do imposto permanece sem correção, afirmaram os auditores em nota técnica.

Comparativo do valor do imposto sem a defasagem da tabela

A defasagem na correção da tabela faz também com que muitos contribuintes passem a pagar uma alíquota maior em relação ao ano anterior, uma vez que reajustes salariais (ainda que abaixo da <u>inflação</u>) podem fazer com que a pessoa entre em outra faixa de renda da tabela do IR.

Simulações feitas pelos auditores mostram que o impacto é maior entre os contribuintes das faixas intermediárias de renda.

Para contribuintes com rendimento de R\$ 5 mil, por exemplo, a não correção da tabela impõe um recolhimento mensal a mais de R\$ 432, ou 590% maior do que o valor que seria devido com uma atualização. Já o contribuinte com renda mensal tributável de R\$ 10 mil paga a mais R\$ 980 ou 108% acima do que deveria. A partir desse patamar de rendimento, a diferença se estabiliza uma vez que a alíquota de tributação passa a ser sempre a mesma. Veja quadro abaixo:

O ônus da não correção da tabela é maior para os que ganham menos, ofendendo os princípios da capacidade contributiva e da progressividade, avalia o Sindifisco, que defende também a correção das respectivas parcelas a deduzir de cada faixa de renda da base de cálculo mensal, além dos limites das deduções permitidas.

Hoje o teto do desconto por dependente é de R\$ 2.275,08 por ano. Com correção, poderia chegar a R\$ 4.850,40. A dedução com educação hoje está limitada

G1 / NACIONAL - ECONOMIA. Sex, 19 de Fevereiro de 2021 REFORMA TRIBUTÁRIA

a R\$ 3.561,50 por ano. Para repor toda a defasagem inflacionária, o valor corrigido deveria ser de R\$ 7.589,61, segundo o sindicato.

A não correção da tabela do IRPF ou sua correção parcial em relação à <u>inflação</u> aumenta a carga tributária e penaliza de maneira mais acentuada o contribuinte de menor renda, notadamente a classe média assalariada, acrescenta o estudo anual dos auditores da Receita.

Promessa de campanha de Bolsonaro

A mudança na tabela do Imposto de Renda foi uma promessa de campanha do presidente.

A última correção da tabela do IR aconteceu em 2015. Somente em 5 dos últimos 24 anos a tabela foi reajustada acima da **inflação**. Com isso, os valores estão bastante defasados.

Em maio de 2019, Bolsonaro disse que reajustaria a tabela pela <u>inflação</u> daquele ano. Em dezembro de 2019, durante encontro com a imprensa no Palácio do Alvorada, ele voltou a falar no assunto e, dessa vez, defendeu que o limite de isenção subisse para R\$ 3 mil.

Impactos na arrecadação

Com a dívida crescente e sucessivos rombos nas contas públicas, não há previsão de quando a tabela do IR voltará a ser corrigida. Vale destacar também que qualquer correção da tabela representaria uma perda de arrecadação.

As contas do governo fecharam no vermelho pelo sétimo ano seguido em 2020, com um déficit primário recorde de R\$ 743,087 bilhões.

Pelos cálculos da Unafisco, uma isenção até a faixa de renda de R\$ 3 mil, por exemplo, beneficiaria 4,3 milhões de contribuintes, mas representaria uma redução de arrecadação da ordem de quase R\$ 74 bilhões aos cofres públicos. Já uma correção total da defasagem de 113,09% representaria uma perda de R\$ 111,78 bilhões do valor recolhido com o imposto de renda.

Para a associação, o governo Bolsonaro deveria reajustar a tabela ao menos em 13,1% (IPCA acumulado entre 2018 e 2020) para cumprir outra promessa de campanha: a de não aumentar a carga tributária. Sem essa correção mínima, a Unafisco estima um acréscimo de arrecadação de R\$ 23,2 bilhões e aumento da carga tributária em 0,34 pontos percentuais em 2021.

Mantida a regra atual, a arrecadação federal com imposto de renda para o ano calendário 2021 é estimada pelos auditores em R\$ 195,7 bilhões.

Existem medidas que atendem ao princípio da capacidade contributiva que podem compensar a perda arrecadatória do referido imposto , destaca a nota técnica dos auditores. Segundo a Unafico, o Brasil deve deixar de arrecadar aproximadamente R\$ 315 bilhões em 2021 por conta dos privilégios tributários como isenção de IR sobre lucros e dividendos, reduções de **tributos** a empresas do Simples e a não instituição de um imposto sobre grandes fortunas.

A equipe econômica do governo tem sinalizado que pretende incluir mudanças no Imposto de Renda nas próximas etapas da **reforma tributária**. O texto incluiria o aumento no limite de isenção e a limitação das deduções (como com saúde, educação e dependentes), bem como a volta da tributação sobre lucros e dividendos, extinta em 1996. Até agora, porém, nenhuma mudança foi feita e nenhuma proposta foi apresentada oficialmente.

Assista as últimas notícias sobre Imposto de Renda 2021

Site: https://g1.globo.com/economia/imposto-derenda/2021/noticia/2021/02/19/tabela-do-ir-acumuladefasagem-de-113percent-saiba-quanto-seria-o-impostocom-correcao.ghtml

### Vacina recusada pelo Brasil tem 92% de eficácia na 1ª dose

Um estudo preliminar realizado no Centro de Controle de Doenças da Columbia Britânica (BCCDC), no Canadá, indica que mesmo antes da segunda dose, a vacina contra a COVID-19 produzida pela Pfizer/BioNTech, do tipo RNA mensageiro, se mostrou altamente satisfatória, apresentando eficácia vacinal de 92,6%. A eficácia comprovada após a segunda dose é de 94%. Os pesquisadores canadenses analisaram ainda o imunizante da Moderna, de mesmo formato, e também relataram uma eficácia de primeira dose de 92,1%.

O estudo sinaliza para a possibilidade de um adiamento seguro da segunda dose das vacinas da Pfizer e da Moderna, aumentando o alcance das campanhas de vacinação que fazem uso desses imunizantes num momento de alta demanda e escassez de insumos e suprimentos. "Com uma primeira dose tão altamente protetora, os benefícios derivados de um suprimento escasso de vacina poderiam ser maximizados adiando segundas doses até que todos os membros do grupo prioritário recebam pelo menos uma dose", diz o estudo preliminar divulgado pelo The New England Journal of Medicine.

Os pesquisadores ressaltam, no entanto, que a eficiência registrada foi encontrada a partir da segunda semana da imunização pela primeira dose e que ainda há incerteza sobre a duração da proteção com uma dose única.

No Brasil, o imunizante da Pfizer foi rejeitado pelo ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, e ironizado pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido). A Pfizer anunciou que chegou a oferecer 70 milhões de doses de sua vacina ao governo brasileiro em agosto de 2020. O acordo não foi selado. Em setembro, a farmacêutica britânica encaminhou uma carta ao governo brasileiro insistindo para que o país fechasse negócio mais rapidamente com a empresa de vacinas.

Em 11 de fevereiro, Pazuello participou de sessão plenária no Senado Federal para prestar esclarecimentos sobre ações contra a COVID-19 adotadas pela pasta e o planejamento da vacinação no Brasil. Durante discurso, o ministro falou sobre cada um dos imunizantes disponíveis e as negociações com a pasta. Ao citar a Pfizer, ele fez duras críticas ao que considerou entraves **impostos** 

para a venda da vacina no país. Segundo ele, as condições impostas foram "leoninas". Ele também afirmou que, apesar dos problemas advindos da necessidade do imunizante, que precisa ser armazenado a uma temperatura de -80°C, o empecilho seria o contrato.

Em dezembro do ano passado, o presidente Jair Bolsonaro questionou os possíveis efeitos colaterais das vacinas contra o coronavírus, tomando como exemplo a da Pfizer/BioNtec, e afirmou que não há garantia de que ela não transformará quem a tomar em "um jacaré". "Lá no contrato da Pfizer, está bem claro: nós (a Pfi-zer) não nos responsabilizamos por qualquer efeito colateral. Se você virar um jacaré, é problema seu", disse Bolsonaro na época.

A Pfizer/BioNTech enviou no início do mês o pedido para o registro definitivo da vacina contra a COVID-19 à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Quando finalizado, o registro concedido pela Anvisa será o sinal verde para que a vacina seja comercializada, distribuída e utilizada pela população, nos termos da indicação estabelecida na bula.

Site: https://digital.em.com.br/flip

## SP vê sonegação de mais de R\$ 40 mi em doações de empresários

### Eduardo Cucolo

Operação realizada pela Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo encontrou mais de R\$ 40 milhões em sonegação de <u>impostos</u> devidos em doações de cotas de empresas. Os casos se referem a 895 empresários, que beneficiaram cerca de 1.500 herdeiros (uma doação pode ter mais de um beneficiário).

A irregularidade constatada é a declaração desse patrimônio por valores mais baixos que os reais, para reduzir a cobrança do tributo e até obter isenção.

Foram investigadas doações extrajudiciais, em casos em que o doador ainda está vivo e faz a transferência de cotas societárias em uma empresa para herdeiros. Essas operações são tributadas com o ITCMD (Imposto de Transmissão Causa Morris e Doação), cuja alíquota é de 4% em São Paulo.

As declarações auditadas tratam apenas de transmissões de bens realizadas no Brasil Nesta sexta-feira (19), o STF (Supremo Tribunal Federal) retoma o julgamento sobre a cobrança do ITCMD em doações de bens localizados no exterior, que é alvo de uma controvérsia judicial e também pode render uma arrecadação significativa para São Paulo.

As irregularidades nas doações feitas no Brasil são resultado da Operação Vaisyas, deflagrada em agosto do ano passado. O nome é inspirado na casta indiana de comerciantes e de administradores de bens.

Segundo a secretaria, já foram arrecadados R\$ 19,8 milhões após notificação para autorregularização pelos próprios contribuintes, que refizeram suas declarações.

Outros R\$ 11,6 milhões devidos foram objeto de parcelamentos. Há ainda R\$ 12,2 milhões lançados por meio de auto de infração. Em todos os casos, há incidência de multas e outros encargos.

A expectativa é que o valor total possa chegar a R\$ 50 milhões, pois alguns contribuintes se recusaram a apresentar a documentação requerida pelo fisco e estão sendo acionados judicialmente pela Procuradoria-Geral do Estado.

Os fiscais encontraram problemas em cerca de 1.500 declarações de pessoas que receberam doações de cotas de empresas no valor total de aproximadamente R\$ 1 bilhão.

Elas foram selecionadas por meio de cruzamento de dados e auditadas por uma força -tarefa de agentes fiscais de rendas que analisou as declarações de 2016 (aquelas próximas do prazo final em que o fisco pode cobrar os valores). Novas operações serão lançadas para analisar as declarações dos anos posteriores, segundo a secretaria.

Em outubro do ano passado, os fiscais lançaram outra operação, com foco em mais de 500 transmissões de patrimônio em heranças de valor individual superior a R\$ 2,5 milhões, envolvendo transferência de cotas empresariais e imóveis, entre outros bens.

Por se tratar, nesse caso, de pessoas que já morreram, a operação foi batizada de Antares, referência ao romance do escritor Érico Veríssimo "Incidente em Antares". No livro, os mortos não podem ser sepultados devido a uma greve de coveiros e passam a vagar pela cidade e a vasculhar os segredos dos vivos.

O diretor de Arrecadação, Cobrança e Recuperação de Dívida da Secretaria da Fazenda, Carlos Augusto Gomes Neto, afirma que as operações são fruto de mudanças realizadas na estrutura da secretaria desde 2019, como a criação de uma área específica para tratar do ITCMD e de uma área de análise de dados em relação a todos os **tributos**.

Além disso, foi formado um grupo de trabalho de 13 agentes fiscais de rendas de seis Delegacias Regionais Tributárias sob supervisão direta da Diretoria de Cobrança e Arrecadação.

Também passou a ser feita, a partir de 2020, a homologação automática de declarações consideradas pelo sistema como de baixo risco de fraudes. Com isso, foi possível deslocar fiscais para operações e forças-tarefas.

"Havia muitas doações de cotas societárias com a declaração com valor totalmente fora do que é realmente o patrimônio líquido das empresas. A gente usou cruzamento de dados e chegou a uma seleção

FOLHA DE S. PAULO / SP - MERCADO - pág.: A26. Sex, 19 de Fevereiro de 2021 TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

com uma probabilidade razoável de ter algum erro. Muitos contribuintes preferiram a autorregularização", afirma Gomes Neto.

Site: http://www1.folha.uol.com.br/fsp/

## Dívida, desvalorização cambial e inflação aproximam 1921 de 2021





Eduardo Cucolo

O Ano do Pendura. É assim que 1921 é chamado pelo antropólogo e historiador Darey Ribeiro (1922-1997) no livro "Aos Trancos e Barrancos, Como o Brasil Deu no que Deu". A qualificação foi a maneira divertida que o autor encontrou para destacar o momento em que o país firmou o primeiro empréstimo com os EUA. Recebeu US\$ 50 milhões. Como garantia, apresentou a renda da alfândega.

O dinheiro era bem-vindo. Há 100 anos, assim como agora, o mundo vivia uma crise econômica. Os problemas não eram resultado de uma pandemia, embora o período da gripe espanhola tivesse tido o seu desfecho havia pouco, em 1920. Também não advinham da Primeira Guerra Mundial, embora houvesse uma relação indireta com a fragilidade financeira e o conflito encerrado em 1918.

O Brasil, que ainda havia registrado forte crescimento na década anterior, sofria em 1921 com a queda nos preços internacionais de seu principal produto exportado, o café. Aquele momento também marcava o fim de um período em que houvera excesso de dinheiro barato no exterior, que fora canalizado para

financiar o desenvolvimento interno e as bases da industrialização brasileira.

Num paralelo histórico, esse dois problemas simplesmente não ocorrem agora. Na verdade, atualmente, há uma espécie de miniboom nas exportações de matérias-primas agrícolas e minerais, que impulsiona os preços, e é crescente o excesso de dinheiro injetado na economia pelos principais bancos centrais mundiais em resposta à crise provocada pela pandemia.

Por outro lado, há semelhanças importantes. A crise de 1921 levou a uma disparada do endividamento do país, forte desvalorização cambial e alta de **inflação**, fenômenos semelhantes aos vistos nos dias de hoje.

A crise econômica da época é explicada pela revisão das políticas de estímulo adotadas nas principais economias mundiais após a Primeira Guerra.

Com isso, o mundo capitalista entrou em um período conhecido como a Depressão de 1920-1921, que seria revertida somente a partir de meados de 1922, quando começa a fase de crescimento acelerado que duraria até o crash da Bolsa de Nova York, de 1929.

Em 1921, o **PIB** (Produto Interno Bruto) mundial cresceu apenas 0,4%, depois de uma variação de 0,2% no ano anterior. O **PIB** per capita, por sua vez, encerraria ali um período de cinco anos de contração, acumulando perda de 4,4%, segundo pior resultado em um período de 50 anos.

A Rússia, sob domínio dos bolcheviques desde 1917, também sofria com a estagnação provocada por uma guerra civil e a conversão forçada para o comunismo. O regime comandado por Vladimir Lênin lançou, naquele ano, a chamada Nova Política Econômica, que baseava restaurar algumas regras da economia de mercado, como a liberdade de comércio -inclusive de parte da produção agrícola- e da propriedade privada de pequenas empresas.

No Brasil, o governo Epitácio Pessoa (1919-1922) lançava naquele ano o terceiro plano de valorização do café, repetindo a política que vinha sendo adotada desde o Convênio de Taubaté (1906), com compra de estoques para tentar segurar os preços.

No trabalho "1922: A Crise Econômica", o economista Winston Fritsch afirma que os anos de 1919 a 1922 são conhecidos como o período do boom e da recessão pós-guerra, com os dois movimentos liderados pelas políticas econômicas das grandes potências da época.

A constatação de que a recuperação da economia após o conflito havia sido mais rápida que a esperada e dificultava o combate da <u>inflação</u> herdada da guerra leva, por exemplo, França e Inglaterra (essa com Winston Churehill na Fazenda) a frear a expansão fiscal e monetária. O crédito externo para países periféricos, como o Brasil, desaparece.

Como relata o economista, é aí que os EUA ganharam posição importante como credores do Brasil, dividindo o protagonismo com as instituições financeiras britânicas das quais o país era dependente havia décadas. Nessa época, os americanos iniciavam a disputa com Londres pela posição de principal centro financeiro mundial.

Nos EUA, iniciava-se a Presidência do republicano Warren G. Harding (1921-1923), que reage à crise com uma política econômica ortodoxa, com cortes de gastos e de **impostos**, iniciativas vistas pelos economistas liberais como responsáveis por terem abreviado a crise, em contraposição à tese de que é necessário aumentar o gasto público para reativar a economia em períodos de crise, seja qual for a causa dela.

Embora o cenário recessivo internacional tenha sido revertido rapidamente, a economia brasileira viveria altos e baixos por toda a década que se iniciava.

Aquele foi também um ano de mudanças na estrutura do setor financeiro brasileiro. A Reforma Bancária de 1921, segundo trabalho da economista Ana Paula Chavantes, contribuiria para que o setor financeiro doméstico sofresse menos abalos durante a Crise de 1929, se comparado ao colapso ocorrido no mercado bancário de outros países.

Também fomentaria um período de crescimento no número de bancos nacionais em relação aos estrangeiros. Na época, as instituições com sede em outros países ainda representavam dois terços do sistema bancário nacional, posição que seria perdida ao longo da década.

A reforma trouxe uma série de exigências de ordem operacional e burocrática aos bancos, dentro da Lei de Fiscalização Bancária, além de criar instituições como a Câmara de Compensação de Cheques (que estimulou o uso desse instrumento) e a Carteira de Redesconto do Banco do Brasil, que ajudou a

aumentar a competitividade dos bancos nacionais.

Em trabalho publicado pelo Banco Central, o economista da instituição Ytrio da Costa Neto afirma que a reforma forçou bancos estrangeiros a trazer capital para o país, a fim de cumprir as novas exigências. Com isso, até o fim da chamada Primeira República, nenhum novo banco estrangeiro ingressaria no Brasil. Posteriormente, Getulio Vargas nacionalizaria as instituições que continuavam no país.

O grande destaque do momento, que enchia corações, mentes e bolsos, era a indústria de São Paulo.

No artigo "Da década de 1920 à de 1930: transição rumo à crise e à industrialização no Brasil", o professor da Unicamp Wilson Cano descreve como o país começa a migrar nessa década do modelo primário exportador, no qual o complexo cafeeiro paulista predominava, rumo à industrialização e ao novo padrão de "crescimento para dentro", que se acentuaria a partir da Crise de 1929 e da Revolução de 1930.

Apesar da crise do café, parcialmente compensada pela política estatal de valorização do produto, a matéria-prima era uma das principais fontes de recursos para o desenvolvimento de outros setores econômicos. Ao longo da década, ainda garantiu a São Paulo, junto com os investimentos na indústria nacional então nascente, um ritmo de crescimento superior ao do restante do país, gerando uma concentração industrial que só perderia força a partir dos anos 1970, segundo Cano.

Numa analogia que se tornaria célebre, a locomotiva chamada São Paulo começava a entrar nos trilhos.

O Censo de 1920 mostrava que a agricultura paulista tinha um peso de 25% em relação à produção nacional. A indústria local possuía participação superior a 30%, com destaque para o setor têxtil algo do ciro, mas também com o início de uma diversificação por setores como metalúrgica, mecânica, material elétrico, material de transporte e química, sempre com elevado grau de concentração em São Paulo, de acordo com o pesquisador.

O Brasil já possuía, na época, empresas como Comgás, Hering, Karsten, Droga Raia, Klabin, Gerdau, Matte Leão, Souza Cruz, Alpargatas, Casas Pernambucanas e Batavo. Entre as empresas nacionais ainda ativas que surgiram naquele ano, está a companhia do setor têxtil Lupo, em Araraquara (SP).

A entrada de capitais internacionais também se destacava. Em 1921, a suíça Nestlé instalou a primeira fábrica no país, na cidade de Araras (SP), para a FOLHA DE S. PAULO / SP - MERCADO - pág.: A29. Sex, 19 de Fevereiro de 2021 TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

produção do leite condensado que mais tarde seria conhecido como Leite Moça.

A mão de obra estrangeira, especialmente a italiana, também era componente importante da industrialização em São Paulo.

Os italianos corresponderam a 42% dos imigrantes que entraram no Brasil de 1870 a 1920, um total de 1,4 milhão de pessoas, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). De acordo com o instituto, chegaram a representar 90% dos 50 mil trabalhadores ocupados nas fábricas paulistas em 1901.

Não eram poucos os que tentavam a vida longe dos complexos industriais, como artesãos e pequenos comerciantes. Alguns se tornaram grandes industriais.

Entre aqueles mais bem-sucedidos, destacam-se nomes como o Conde Frances-e o Matarazzo, que participaria da fundação do Ciesp (Centro das Indústrias do Estado de São Paulo) em 1928, e Giuseppe Martinelli. Esse último já tinha no início da década de 1920 uma empresa de navegação, uma empreiteira e minas de ferro e carvão.

O governo Epitácio também foi marcado pela tentativa de frear o movimento grevista operário surgido a partir da industrialização do país, na época, ainda influenciado por representantes do anarquismo inspirado principalmente pelos operários imigrantes. O Partido Comunista só seria fundado em 1922.

Em janeiro de 1921, o presidente promulgou a legislação que tratava da repressão ao anarquismo e permitia ao governo fechar associações, sindicatos e sociedades civis acusadas de praticar atos "nocivos ao bem público". Outra lei do mesmo ano permitia expulsão de estrangeiro considerado "nocivo à ordem pública ou à segurança nacional".

Em 1921, foi criado o Centro das Indústrias de Fiação e Tecelagem de São Paulo, que enviava a todas as fábricas e à polícia uma lista de trabalhadores "indesejáveis".

Essa efervescente economia paulista, naquele mesmo 1921, inspirou até poetas. Na época, Oswald de Andrade assim resumiu o ambiente local: "Nunca nenhuma aglomeração humana esteve tão fatalizada a futurismo de atividades, de indústrias, de história e de arte como a aglomeração paulista. Que somos nós, forçosamente, iniludivelmente, se não futuristas -povo de mil origens, arribados em mil barcos com desastres e ânsias?".

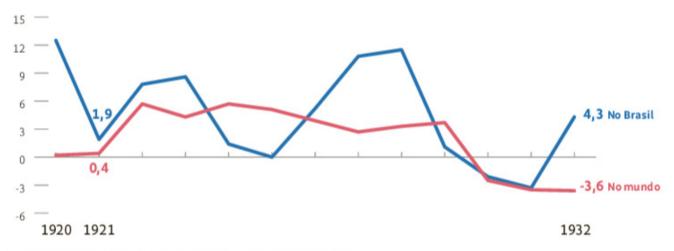
O jornal Folha de S. Paulo nasce daí, desse período

de transição e extremas transformações.

Site: http://www1.folha.uol.com.br/fsp/

### A economia brasileira e mundial em 1921

Variação do PIB, em %



Fontes: Ipea, IBGE, Agência Internacional de Energia e Banco Mundial

### Biden apresenta sua reforma migratória

Legisladores democratas apresentaram ontem a proposta de Joe Biden para a imigração, um pacote que inclui planos para regularizar a situação de cerca de 11 milhões de imigrantes que vivem nos EUA sem documentos e a expansão de vistos de trabalho.

"Estamos aqui hoje porque, em novembro, 80 milhões de americanos votaram contra Donald Trump e contra tudo o que ele defendia", disse o senador democrata Bob Menendez, de New Jersey. "Eles votaram para restaurar o bom senso, a compaixão e a competência em nosso governo. E parte desse mandato é consertar nosso sistema de imigração, que é a pedra angular do odioso show de terror de Trump." A proposta de Biden é um passo na direção de uma das mais importantes promessas de sua campanha: a modernização do sistema de imigração. A proposta chega ao Congresso americano em um momento difícil, em que democratas e republicanos tentam se entender para aprovar um novo pacote de ajuda financeira contra os efeitos da pandemia.

A nova legislação, chamada de Ato de Cidadania dos EUA de 2021, se baseia em uma proposta que Biden anunciou em seu primeiro dia de mandato e prevê um período de oito anos para a concessão da cidadania para a maioria dos 11 milhões de imigrantes sem documentados que vivem nos EUA.

Depois de passar por verificações de antecedentes criminais e pagar <u>impostos</u>, eles seriam autorizados a viver e trabalhar nos EUA por cinco anos. Após esse período, eles poderiam se inscrever para um green card, o que lhe conferiria status permanente nos EUA e a oportunidade de obter a cidadania depois de mais três anos.

O projeto de lei tenta fazer as mudanças de maior alcance na lei de imigração em mais de três décadas. Isso eliminaria as restrições à imigração com base na família, tornando mais fácil para cônjuges e filhos se juntarem a seus parentes que já estão no país. Além disso, expandiria os vistos de trabalho para permitir que mais estrangeiros entrassem nos EUA em busca de empregos.

Diferentemente de medidas anteriores sobre o tema, as novas regras não contemplam grandes iniciativas para o aumento da fiscalização das fronteiras.

Em vez disso, o projeto reserva US\$ 4 bilhões para serem investidos ao longo de quatro anos em nações cujas economias enfrentam dificuldades, na esperança de evitar que as pessoas fujam para os EUA em razão de crises financeiras e de falta de segurança em seus países.

Menendez reconheceu que seria difícil obter o apoio dos dez senadores republicanos necessários para aprovar a proposta do presidente. O Senado está dividido, com 50 senadores republicanos, 48 democratas e dois independentes, que geralmente votam com o partido de Biden. "Sabemos que o caminho a seguir requer negociações, mas não vamos fazer concessões de início", afirmou Menéndez, que admitiu não saber se os democratas chegarão aos 60 votos que precisam para aprovação da matéria.

"Jamais venceremos um argumento que não tenhamos coragem de apresentar", disse o senador.

"Faremos o que é justo e defenderemos uma reforma inclusiva e duradoura da imigração.

Vimos pesquisa após pesquisa, a grande maioria dos americanos está conosco." A presidente da Câmara dos Deputados, Nancy Pelosi, comemorou a iniciativa. "Há outros que querem fazer isso aos poucos e isso também pode ser uma boa abordagem. Isso tem de ser decidido pelo Congresso", afirmou.

A proposta não foi bem recebida pelos republicanos da Câmara.

Os legisladores publicaram um **comunicado** em que disseram que a reforma "vai reviver as políticas fracassadas do governo de Barack Obama - do qual Biden era vice - e fazer com que os americanos estejam menos seguros".

O governo dos EUA não aprovou um grande projeto de lei de cidadania desde 1986, quando uma lei de anistia foi assinada pelo presidente republicano Ronald Reagan e legalizou quase 3 milhões de imigrantes sem documentos.

### I Pacote

"Faremos o que é justo e defenderemos uma reforma inclusiva e duradoura da imigração.

Vimos pesquisa após pesquisa, a grande maioria dos americanos está conosco" Bob Menendez SENADOR DEMOCRATA

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

### Bolsonaro faz ameaça à Petrobrás e zera imposto



### EMILLY BEHNKE, DENISE LUNA, NICHOLAS SHORES E DANIEL GALVÃO

Após um novo reajuste de combustíveis pela Petrobrás, o presidente Jair Bolsonaro anunciou ontem, durante live semanal no Facebook, que a partir de 1.° de março não haverá nenhum imposto federal sobre o preço do óleo diesel.

Bolsonaro considerou o aumento anunciado pela Petrobrás, o quarto do ano, "fora da curva" e "excessivo".

Ele reforçou que não pode interferir na estatal, mas ressaltou que a medida "vai ter consequência".

Os **impostos** federais que incidem sobre o diesel são PIS, Cofins e Cide - eles compõem 9% do valor final do produto. Com o anúncio feito ontem pela estatal, o óleo diesel fica 15,2% mais caro a partir de hoje, e a gasolina, 10,2% (leia mais abaixo).

"A partir de 1.º de março não haverá nenhum imposto federal no diesel por dois meses", disse Bolsonaro na live. Durante os dois meses de isenção, ele afirmou que o governo estudará medidas para buscar zerar os tributos federais sobre o produto no longo prazo. "Até para ajudar a contrabalançar esse aumento, no meu entender, excessivo da Petrobrás", disse.

O presidente sugeriu, sem entrar em detalhes, que "alguma coisa" acontecerá na petrolífera nos próximos dias. "Não posso interferir nem iria interferir (na empresa). Se bem que alguma coisa vai acontecer na Petrobrás nos próximos dias, tem de mudar alguma coisa", disse. A Petrobrás afirmou ontem que não comentaria as declarações sobre a empresa e seu presidente, Roberto Castello Branco.

A redução do PIS/Cofins no óleo diesel anunciada por Bolsonaro atende a uma demanda de caminhoneiros, base de apoio do presidente que tem pressionado o governo por causa do aumento do combustível. Em ameaça indireta a Castello Branco, o presidente citou que o comandante da estatal chegou a dizer, há alguns dias, que não tinha "nada a ver com os caminhoneiros".

"Como disse o presidente da Petrobrás, há poucos dias: "Eu não tenho nada a ver com caminhoneiro".

Foi o que ele falou.

Isso vai ter uma consequência, obviamente", disse Bolsonaro.

Antes da manifestação na live, o presidente da Associação Brasileira dos Condutores de Veículos Automotores (Abrava), Wallace Landim, o Chorão, havia divulgado nota criticando o novo reajuste. Ele questionou diretamente o governo. "Na pessoa do presidente da República, (o governo) sinalizou a diminuição dos impostos federais dos combustíveis e vamos para o quarto aumento consecutivo (...) se mantendo inerte." Ao lado do presidente na transmissão ao vivo, o ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, afirmou que a redução no PIS/Cofins por dois meses é "emergencial" enquanto o governo analisa formas de "combater a volatilidade do preço do diesel".

Em outra frente, o governo enviou um projeto ao Congresso para que o ICMS, imposto estadual, tenha valor fixo. "A proposta nossa é que o Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária) decida qual é o valor do ICMS em cada tipo de combustível.

Não é interferência nossa, o Confaz vai decidir", disse Bolsonaro. O presidente sugeriu ainda que o Confaz possa delimitar um valor máximo para os combustíveis nos Estados.

Gás. O gás de cozinha também terá impostos federais zerados.

A redução, segundo Bolsonaro, será permanente.

O ESTADO DE S. PAULO / SP - ECONOMIA E NEGÓCIOS - pág.: B06. Sex, 19 de Fevereiro de 2021 TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

"Hoje à tarde, reunido com a equipe econômica, tendo à frente o ministro Paulo Guedes, decisão nossa, a partir de 1.º de março, não haverá mais nenhum tributo federal no gás de cozinha, ad eternum." "(O preço do gás de cozinha) está em média R\$ 90, na ponta, lá para o consumidor. E o preço na origem está abaixo de R\$ 40.

Então, se está R\$ 90, os R\$ 50 aí é ICMS, de imposto estadual."

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Repasses

15,2%

foi a alta anunciada para o diesel ontem, reflexo dos reajustes internacionais do petróleo; gasolina deve subir 10,2%

### Proposta de corte das taxas não tem consenso entre setores da indústria

#### Anais Fernandes

Reduções de tarifas de importação, como a proposta pelo governo brasileiro para a Tarifa Externa Comum (TEC) do Mercosul, não encontram consenso entre ramos da indústria no país.

Com carga tributária muito alta no Brasil, qualquer iniciativa para diminuir essa pressão tem de ser aplaudida, afirma Nelson Mussolini, presidente-executivo do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos (Sindusfarma). Cerca de 95% da matéria-prima usada no segmento é importada. "Produtos com tarja vermelha têm preços controlados. Qualquer aumento ou redução nos tributos tem que ser automaticamente repassado para o medicamento", explica ele.

No âmbito do Mercosul, alterações na TEC devem, necessariamente, passar antes por consulta pública abrangente, com representações empresariais de todos os setores do Brasil e dos demais países do bloco, afirma a Confederação Nacional da Indústria (CNI).

A entidade defende uma abertura comercial pela negociação de acordos equilibrados e pelo aprofundamento da agenda do Mercosul. "A abertura por meio de acordos proporciona contrapartidas em terceiros mercados e períodos de transição, essenciais para que as empresas façam os necessários ajustes à nova situação de competição", afirma, acrescentando que isso também reduz riscos econômicos e sociais, como de alta no desemprego. A CNI diz ser necessário acelerar a assinatura e a internalização do acordo Mercosul-União Europeia, priorizar a finalização dos acordos com Canadá e México e iniciar negociações com Reino Unido e América Central.

Para a entidade, a demora na abertura econômica do país está mais ligada ao atraso na agenda de competitividade, que incluiria, entre outras coisas, desonerar produtos exportados, garantir orçamento para financiar exportações, celebrar acordos para evitar dupla tributação e estimular multinacionais brasileiras em outros países. Além disso, diz a CNI, é preciso avançar na agenda de reformas estruturais, sobretudo a tributária.

Alíquotas como a TEC servem para reduzir

assimetrias, por exemplo, no elevado custo que energia e gás têm no Brasil, aponta Ciro Marino, presidente-executivo da associação da indústria química, a Abiquim. Se cortar essas alíquotas sem mexer, antes, em entraves à competitividade nacional, "a indústria brasileira não aguenta", afirma. Ele reconhece, porém, que atacar o custo Brasil dá trabalho, enquanto uma inserção internacional unilateral "é feita em uma canetada."

Marino rebate acusações de que a indústria do país seja protecionista. "Não existe, a indústria está tentando sobreviver. No longo prazo, é interessada na redução da TEC, porque também depende de importados, mas, sem as reformas, não é hora de colocar isso e nossos contatos no Mercosul dizem que, até o momento, não existe essa proposta por lá", afirma.

### Prós e contras da autonomia do BC (2)

POLLYANNA RODRIGUES GONDIN Economista e professora da Escola de Negócios do Centro Universitário Internacional Uninter

Surgiu um grande debate nos últimos dias por conta da votação sobre a autonomia do Banco Central. Essa autonomia já vem sendo pensada há algum tempo, mas agora foi votada. A ideia central, segundo defensores, é "blindar" o Bacen de ser capturado pelos interesses governamentais. Além disso, para os defensores, essa autonomia é fundamental para melhorar o investimento externo e a percepção do que é feito dentro do Brasil, pois pode ajudar a controlar a inflação. Entretanto, esse argumento pode ser questionável já que, independentemente se o Bacen tiver uma atuação mais ou menos conservadora, não significa necessariamente que não irá prejudicar os trabalhadores, as políticas de emprego e renda e crédito mais acessível. Isso ocorre uma vez que o que é bom para o mercado financeiro não necessariamente será bom para o restante da população.

Entretanto, para os opositores, a grande questão é: a captura dessa instituição pelo setor privado. Essa captura pode ocorrer caso não haja regras claras e bem específicas para que interesses do mercado financeiro não sejam absorvidos pela política monetária, fiscal e de regulação, uma vez que o Bacen é responsável por manejar a regulação do Sistema Financeiro Nacional.

Alguns países, como os Estados Unidos, já possuem um Banco Central autônomo. Entretanto, a questão é que neste caso, existem instituições e legislação de regulação sólidas para que os interesses do setor financeiro não prevaleçam frente aos interesses da população em geral.

Em contrapartida, no caso brasileiro, algumas ressalvas devem ser feitas, principalmente no que se refere à falta de debate suficiente e o momento em que houve essa proposição. Vivemos um momento de alto número de mortes, um plano de vacinação ineficiente, alto desemprego da população e, assim, a preocupação maior neste momento deveria ser a pandemia e suas consequências sociais e econômicas. Desse modo, considero que está fora de ordem as prioridades do governo, j á que essa independência levará um tempo para surtir algum efeito, ou seja, deve surtir efeitos no médio e longo prazos.

Para além das questões já citadas, a autonomia do Bacen está em declínio mundialmente, desde a crise financeira de 2008, que demonstrou ao mundo os pontos negativos dessa autonomia no que se refere à legitimidade democrática. Além disso, o que se tem, em muitos casos, é que a autonomia do Banco Central gera sua independência da vontade popular, mas não das instituições financeiras, o que pode corroborar para o aumento da desigualdade social.

A credibilidade do Bacen pode-ria ser mantida com transparência em relação às escolhas de política. Mais uma vez cabe afirmar que no momento atual que vivemos outras questões deveriam assumir prioridade, já que há um agravamento da desigualdade econômica e social da população brasileira com a crise da COVID-19.

Site: https://digital.em.com.br/flip

### Paródia econômica do surrealismo (3)

O ministro da Economia, Paulo Guedes, procura espaço para acomodar um gasto imprevisto de R\$ 30 bilhões num orçamento inexistente. O orçamento é ainda imaginário, assim como o possível corte de gastos - fala-se em R\$ 10 bilhões, talvez o dobro disso -, mas são reais as dezenas de milhões de pessoas atoladas na pobreza depois de extinto o auxílio emergencial.

Reativar o auxílio, ou parte dele, é mais que uma questão de solidariedade. É um passo para reativar o consumo e animar a economia - e, para o presidente Bolsonaro, um gesto potencialmente importante para a reeleição, o foco principal de suas atividades.

Paródia do surrealismo, a atual política econômica brasileira dificilmente seria imaginada por André Breton, autor do Manifesto Surrealista, de 1924, ou por qualquer dos artistas e escritores ligados ao movimento.

Quando o Orçamento deste ano for aprovado no Congresso, no fim de março ou começo de abril, a equipe do Ministério da Economia deverá ter avançado - se restar alguma prosaica normalidade - no projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2022.

Antes disso, em 22 de março, será preciso enviar ao Congresso o relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas, um acompanhamento regular da execução orçamentária e da evolução das condições fiscais.

Esse documento mostra as condições fiscais e, quando se julga necessário, indica o bloqueio de despesas.

Esse bloqueio ocorre, com frequência, nos primeiros meses de cada ano. É medida de prudência, depois afrouxada, ou mesmo abandonada, quando as finanças do governo avançam de forma satisfatória. Mas esse é o procedimento rotineiro, quando a vida segue com normalidade e o governo também é normal.

Nenhuma das duas condições tem sido observada. Nem a vida é normal, afetada pelos danos sanitários e econômicos da pandemia, nem o governo segue padrões mínimos observados, tradicionalmente, na gestão pública.

O desvio dos padrões mínimos de normalidade foi visível desde o começo do mandato do presidente Jair

Bolsonaro.

Formalizada a posse, em janeiro de 2019, o presidente ignorou as questões administrativas, desprezou a pauta de reformas e dedicou-se a facilitar o armamento da população civil, como se isso fosse tarefa urgente.

Precisou dar alguma atenção à reforma da Previdência, prioridade herdada do governo anterior.

Atrapalhou a tramitação, foi aconselhado a se calar e o empenho de parlamentares garantiu a aprovação do projeto.

A economia havia começado, nos dois anos anteriores, a recuperar- se da recessão de 2015-2016. Sem sustentar essa tendência, o governo fechou 2019 com crescimento econômico inferior ao de 2018. O Produto Interno Bruto (PIB) recuou no primeiro trimestre de 2020. A pandemia, com efeitos sensíveis a partir da segunda quinzena de março, atingiu um país economicamente já enfraquecido.

O Banco Central estimulou o crédito rapidamente. O presidente Bolsonaro e a equipe econômica reagiram em seguida, com medidas de apoio a empresas, de defesa do emprego e de socorro aos mais vulneráveis.

Brasília tomou, enfim, o caminho aberto pelos governos das economias avançadas e seguido, com apoio do Fundo Monetário Internacional, por mais de 80 países.

Diferentes condições financeiras permitiram diferentes graus de reação à crise. No Brasil foi alto o comprometimento de recursos fiscais. A economia reagiu, mas sobraram uma dívida pública muito inflada e um enorme desarranjo nas contas públicas.

A equipe econômica preparou o projeto de Orçamento de 2021 como se o crescimento estivesse assegurado, a pandemia devesse recuar e os 67 milhões de beneficiários do auxílio emergencial pudessem, de repente, dispensar aquele dinheiro.

O presidente manteve um ministro da Saúde disposto a distribuir cloroquina e incapaz de planejar a vacinação. Fevereiro logo vai terminar, o governo continua sem Orçamento, as tarefas se amontoam, mal programadas, e a média móvel de mortes supera mil por dia, num balé confuso, sinistro e jamais concebido pela mais desatada imaginação artística.

O ESTADO DE S. PAULO / SP - NOTAS E INFORMAÇÕES - pág.: A03. Sex, 19 de Fevereiro de 2021 ECONOMIA

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

## Só neste ano, no País, gasolina subiu 34,8% e diesel, 27.5%

#### Fernanda Nunes, THAÍS BARCELLOS

A Petrobrás anunciou ontem o maior reajuste de preços de combustíveis do ano. O óleo diesel vai ficar 15,2% mais caro em suas refinarias a partir de hoje e a gasolina, 10,2%. Com mais esse reajuste, o quarto do ano, o diesel e a gasolina já acumulam alta de 27,5% e 34,8%, respectivamente, em 2021. Tamanho avanço de preço vai atingir o consumidor nesta semana e deve aparecer nos indicadores de **inflação** de março, segundo analistas.

Os preços da Petrobrás estão alinhados aos do mercado internacional.

Ou seja, quando a cotação do petróleo sobe no mercado internacional, a estatal revisa seus valores também no Brasil.

O petróleo é a matéria-prima dos combustíveis e, por isso, costuma ser usado como referência na formação dos preços dos seus derivados, como gasolina e diesel.

Neste mês, o petróleo ganhou força por conta do frio nos Estados Unidos, onde o consumo avançou e os estoques baixaram em quase 6 milhões de barris.

Além disso, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) tem indicado cortes de produção. Com a expectativa de que haja mais demanda que oferta de óleo no mundo, o produto está ficando mais caro.

Em Londres, o barril do petróleo do tipo Brent fechou o pregão a US\$ 64,34, patamar que não era alcançado desde janeiro do ano passado, antes da pandemia de coronavírus.

Ao anunciar mais um reajuste, a Petrobrás reafirma sua política de preços, alinhada ao mercado internacional, e derruba a tese de que atua para atender aos interesses do governo. A empresa estava sendo acusada de segurar a alta do diesel, principalmente, para favorecer os caminhoneiros, apoiadores do presidente Jair Bolsonaro, e para conter a **inflação**. Os caminhoneiros chegaram a ameaçar uma greve caso o combustível continuasse subindo.

O economista-chefe da Ativa Investimentos, Étore

Sanchez, acredita que "tal magnitude de reajuste na refinaria deve afetar as bombas apenas no terceiro decêndio de fevereiro, com grande parte do impacto no IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) de março".

A Armor Capital projeta alta de 0,15 ponto porcentual na **inflação** do mês que vem.

Representante dos revendedores de combustíveis de São Paulo, José Alberto Gouveia, diz que, com a pandemia, o consumo de combustíveis caiu nos últimos meses. Esse fator, somado à concorrência, fez com que os donos de postos contivessem parte dos reajustes da Petrobrás até esta semana. Mas, a partir de agora, a tendência é que repassem a maior parte da alta para as bombas.

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

# Perspectiva de volta da inflação nos países ricos é desastrosa para Brasil (3)

Não bastasse o choque da pandemia, desenha-se uma perspectiva desalen-tadora para o Brasil nos próximos anos, em virtude do cenário global. Não se trata só do avanço do protecionismo que prejudica nossos negócios. O que hoje perturba a cabeça de dez entre dez economistas nos países ricos é a convicção crescente de que a **inflação** voltará por lá.

Seria uma inversão radical de tendência, já que a última década foi consumida pelo temor oposto, de deflação. Juros negativos se tomaram comuns. Desde 2008, os bancos centrais injetaram trilhões e trilhões nos mercados sem fazer cócegas nos preços. Agora, diversos indicadores sustentam a expectativa de alta inflacionária.

Na Zona do Euro, os preços subiram em janeiro mais que em qualquer outro mês nos últimos cinco anos. A alta do petróleo tem gerado reajustes em série nos combustíveis aqui também. O custo de transportar mercadorias pelo planeta quase triplicou no último ano. O reaquecimento da economia chinesa, menos afetada pela pandemia, tem aumentado a demanda por vários produtos.

Tudo isso tem contribuído para um debate nos Estados Unidos, dentro do Partido Democrata, sobre a ambição do estímulo fiscal do presidente Joe Biden. De um lado, o economista Paul Krugman defende que o US\$ 1,9 trilhão (quase 9% do PIB), encaminhado por Biden ao Congresso, será mesmo necessário para tirar o país da depressão pandêmica. De outro, o economista Larry Summers vê um risco inflacionário quando a população estiver vacinada, e a poupança represada (em torno de 11% do PIB) começar a se transformar em consumo. Krugman argumenta que é melhor pecar por excesso. A economia precisa reengatar ladeira acima e, se a aceleração for exagerada, não será difícil reduzir a velocidade.

Deixando de lado a discussão acadêmica, é certo que a <u>inflação</u> voltará. No cenário benigno, uma pressão modesta da demanda faz parte da ambição dos BCs para estimular a retomada. A alta mais resiliente, porém, prevista pelos analistas e temida por Summers, significa que poderá ser inviável manter as taxas de juro nos patamares irrisórios que vêm sendo praticados desde a crise financeira de 2008. Para o Brasil, qualquer alta nos juros lá fora será nada menos que desastrosa.

Significará, ao mesmo tempo, maior valorização do dólar e mais dificuldade para vender títulos do governo e rolar a dívida pública (e também pressão inflacionária). O descalabro fiscal em que estamos exigirá, para atrair compradores, oferecer ao mercado juros mais altos, com as previsíveis consequências recessivas.

A única forma de mitigar o baque é fazer o possível para aprovar reformas que permitam conter a explosão do endividamento. Mesmo assim, no melhor cenário a dívida crescerá inexoravelmente pelo menos até2026. Em nenhum momento, as condições externas exigiram tanta maturidade e coragem do Congresso brasileiro para fazer avançar a agenda reformista. E nunca maturidade e coragem estiveram tão em falta entre nossos parlamentares.

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

# Um ano depois, nada aprendemos - FLÁVIA OLIVEIRA

#### FLÁVIA OLIVEIRA

No Brasil, há crença de que o ano começa depois do carnaval. O calendário da festa que não houve chegou ao fim, e o país conseguiu a proeza de reiniciar o ano velho. Em março de 2020, quando a Organização Mundial da Saúde declarou que a Covid-19 era uma pandemia, o novo coronavírus já estava em transmissão comunitária no país, e a primeira morte se avizinhava. Adentramos a crise sanitária com estrutura de atendimento insuficiente, economia patinando, rede de proteção social desmontada, ambiente político instável. Quase 12 meses e mais de 243 mil mortes depois, assistimos à suspensão da vacinação por falta de imunizante, ao Produto Interno Bruto desacelerando, à inflação em alta, ao auxílio emergencial interrompido - e por ser relançado. Nada aprendemos.

Um ano atrás, evoquei o tetraedro como figura geométrica apropriada a representar o ambiente que se avizinhava. O Brasil enfrentava uma crise com quatro faces: sanitária, econômica, social, política. Sob pressão da sociedade civil e de membros do Parlamento, o governo produziu respostas importantes, mas não suficientes. Mal planejadas, elaboradas sem cuidado, tiveram impacto localizado, muito em razão da sabotagem contínua do presidente da República às recomendações de distanciamento social e isolamento. Foi possível preservar empregos formais com os acordos de redução de jornada e salário, aplacar o aumento da pobreza com parcelas do auxílio emergencial, ampliar a oferta de leitos de enfermaria e UTI. Tudo por algum tempo.

A incompetência ativa do governo federal na crise sanitária alcançou a atividade econômica. A recuperação do PIB no terceiro trimestre perdeu força nos últimos meses de 2020.0 país terminou o ano com saldo positivo de 142 mil vagas com carteira assinada, num sinal de que a tempestade que dizimara quase 1,5 milhão de postos formais nos três primeiros meses da pandemia fora superada. Se revela uma foto, a informação esconde o filme. Houve resultado positivo na construção (112.174), na indústria (95.588), na agropecuária (61.637), no comércio (8.130). Nos serviços, maior empregador e alavanca do PIB, responsável por três quartos da atividade, o saldo de contratações e demissões ficou negativo em 132.584 empregos.

Não é difícil de entender. O setor depende fortemente da circulação de pessoas -vide turismo, cultura e entretenimento, transportes. Conecta-se, portanto, às condições sanitárias. Não foi à toa que o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, relacionou a vacinação em massa à retomada da economia. Negligenciada a saúde da população, a atividade definhou. Os indicadores antecedentes do início do ano mostram arrefecimento; já são duas semanas seguidas de revisão (para baixo) na projeção de crescimento em 2021 no boletim Focus. De quebra, a redução à metade, em setembro, e o fim do auxílio emergencial, em dezembro, segundo a FGV Social, elevou em 16,9 milhões o número de brasileiros que vivem com menos de R\$ 246 per capita por mês.

Uma tempestade perfeita engolfou o Brasil neste primeiro bimestre. No eixo socioeconômico, a vulnerabilidade social aumentou, o desemprego segue no maior nível desde 2012, o custo devida sobe com reajustes dos combustíveis, da energia e dos alimentos. A pandemia recrudesceu na forma de uma segunda onda, que se espalha com cepas mais transmissíveis do coronavírus; governadores se queixam de cortes de verbas que ameaçam a oferta de leitos de internação nos hospitais. A vacinação em massa, necessária para frear o avanço da doença, esbarra na falta de imunizantes. Até aqui, o Brasil recebeu 12,1 milhões de doses (dez milhões ofertadas pelo Instituto Butantan, de São Paulo), suficientes para imunizar fração modesta de uma população superior a 210 milhões de habitantes.

O governo federal gastou recursos produzindo e saliva recomendando medicamentos que a ciência não reconhece como eficazes no combate à Covid-19, ao mesmo tempo que negligenciou o investimento num leque de vacinas. Desmoralizou o Programa Nacional de Imunização, um dos orgulhos do arcabouço de políticas públicas do país. Com campanhas maciças de vacinação, o Brasil erradicou a poliomielite e, até três anos atrás, o sarampo. Houvesse doses, conseguiria vacinar até dois milhões de pessoas por dia. Vacinou pouco mais de cinco milhões em um mês, porque escolheu um governante insensível e inepto, Jair Bolsonaro. Os EUA, no mesmo período, defenestraram Donald Trump, outro negacionista globalmente conhecido. O agora presidente Joe Biden anunciou plano para vacinar cem milhões de

O GLOBO / RJ - OPINIÃO - pág.: 03. Sex, 19 de Fevereiro de 2021 ECONOMIA

americanos em cem dias de governo, marca facilmente alcançável por um Brasil que deixou de existir.

O país é hoje refém de um interminável Dia da Marmota, referência ao filme "Feitiço do tempo" (1993), em que o protagonista Bi 11 Murray dorme e acorda na mesma data. Só se liberta quando aprende a lição. Os brasileiros adentramos o segundo ano de um ciclo nefasto que ceifou vidas, empobreceu nossas casas, estreitou nossos caminhos, entristeceu nossos sorrisos. Viramos o país das festas sem festas; a nação dos encontros sem encontros; o povo dos abraços sem abraços. E nada aprendemos.

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

## Brasil discute reduzir em 20% tarifas adotadas no Mercosul



Paulo Guedes: corte é visto como o "possível e viável" de fazer sem esbarrar no lobby protecionista de parte da indústria

#### Daniel Rittner

Depois de uma tentativa frustrada em 2019, quando o Brasil apresentou aos sócios do Mercosul uma proposta preliminar para reduzir a Tarifa Externa Comum (TEC) praticamente pela metade, a equipe econômica recolocou o assunto em sua lista de prioridades. Agora estuda-se um corte linear - válido para todos os setores - de cerca de 20% das alíquotas de importação atuais.

Pressionado por economistas que lhe cobram a implementação da agenda liberal prometida na campanha, o ministro Paulo Guedes quer dar novo gás às discussões de abertura comercial. Ele acredita que há uma nova janela de oportunidade para levar essa pauta adiante, após as vitórias do deputado Arthur Lira (PP-AL) e do senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) nas eleições do Congresso Nacional. O movimento tem sido chamado internamente, no ministério, de agenda "reloaded" de reformas econômicas.

No caso da redução da TEC, mesmo sem a necessidade de qualquer trâmite legislativo, Guedes considera fundamental avançar até o fim de 2021, evitando um ano eleitoral e a previsível resistência de setores mais protecionistas da indústria. Esse calendário coincide com a nova presidência rotativa do Brasil no Mercosul, que vai comandar o bloco no

segundo semestre.

Em encontro com representantes da Coalizão Indústria, na sexta-feira pré-Carnaval, o ministro começou a preparar os espíritos do setor privado e comunicou a intenção de reduzir as tarifas de importação do Mercosul em 20%.

Ele disse que esse corte aumentará a competitividade brasileira, ao baratear insumos usados nos processos produtivos, e ajudará no combate à **inflação**. No fim da reunião, fez um apelo aos participantes para que as informações não fossem vazadas à imprensa.

O patamar de 20% para a redução da TEC não é aleatório. Pouco antes das últimas eleições argentinas, o governo brasileiro fez um exercício preliminar de corte das tarifas. A ambição da equipe econômica, à época, era bem maior.

Ela colocou na mesa uma ideia de levar a alíquota média para produtos industriais dos atuais 13,6% para 6,4%. Justificava-se que, assim, o Mercosul estaria mais alinhado às tarifas praticadas por países em nível parecido de desenvolvimento no mundo.

Com a derrota nas urnas do então presidente Maurício Macri, o assunto esfriou. O governo Alberto Femández pediu tempo para fazer suas análises. As conversas nunca sumiram das reuniões do Mercosul, mas o tema da revisão da TEC passou a constar de forma quase burocrática dos comunicados do bloco. Até que, diante da insistência das autoridades brasileiras em avançar na discussão, os argentinos teriam dado sinais de que o tema pode ser destravado.

Segundo duas autoridades em Brasília diretamente envolvidas nas discussões, a Argentina fez um "exercício preliminar" de corte de 20% nas tarifas mas não linearmente e protegendo setores com maior sensibilidade.

Ontem à noite, depois que a notícia foi veiculada no Valor PRO, serviço de informação cm tempo real do Valor, um porta-voz do chanceler Felipe Solá afirmou que a Argentina participa das discussões técnicas no âmbito do Mercosul, mas não fez proposta específica sobre o corte da TEC e não haveria um número preliminar para essa possível redução. As fontes brasileiras, questionadas novamente, reiteraram que a

redução de 20% foi trazida à mesa pelo país vizinho.

Isso significaria, grosso modo, diminuir as alíquotas praticadas no bloco para algo em tomo de 11%. Não é o que, a princípio, desejava a equipe econômica. Essa redução, no entanto, hoje é vista em Brasília como o "possível e viável" de fazer sem esbarrar no lobby protecionista de parte da indústria. Uma tentativa de encontrar um "mínimo denominador comum" com a Argentina, além de Uruguai e Paraguai, viabilizando a revisão da TEC. Os prazos de implementação da queda, bem como se haveria uma única rodada ou se seria faseada, não foram discutidos.

O Brasil prefere um corte linear - e não com percentuais diferentes por cada setor ou subsetor - partindo de um pressuposto: impedir que pressões de entidades mais bem organizadas banem a queda de tarifas para esse ou aquele produto específico, abrindo guerra entre potenciais vencedores e perdedores.

Embora a TEC esteja em 14%, na média, vários produtos e setores praticam alíquotas maiores. São os casos de automóveis (35%), calçados (35%), têxteis e vestuário (30% a 35%), vinhos (27%), máquinas e equipamentos (até 16%).

Além das críticas recebidas por seus colegas economistas, de que o Brasil não avançou na prometida abertura, outro fato incomoda Guedes. O acordo de livre-comércio Mercosul-União Europeia, fechado em 2019, parou. Diante da alta do desmatamento na Amazônia, vários países da UE se posicionaram publicamente contra a assinatura e a ratificação do tratado, postergando o início da redução de tarifas que começaria quando o tratado fosse implementado.

### 'Abismo fiscal' vai corroer renda neste ano



Élida Graziane, do MP de Contas de SP: ajuste contracionista em plena pandemia "vai provocar uma recessão"

#### Arícia Martins, Fabio Graner

A elevada dose de estímulos concedida pelo governo levou a renda dos brasileiros a crescer em 2020, apesar do maior desemprego e da queda do nível de atividade, mas o "abismo fiscal" terá efeito contrário este ano.

Mesmo incluindo a provável volta do auxílio emergencial com valor e duração menores em suas estimativas, economistas ouvidos pelo Valor esperam que a massa de rendimentos ampliada tenha retração em 2021. O desempenho negativo da renda disponível deve moderar o ritmo da retomada do consumo, que responde por pouco mais de 60% do Produto Interno Bruto (**PIB**), avaliam especialistas.

Num cálculo que soma, além da renda dos trabalhadores, as transferências de renda do governo, como Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada (BPC), benefícios previdenciários e o próprio auxílio, bancos e consultorias trabalham com recuo de 3,7% a 6,6% para a massa real de rendimentos dos brasileiros na média deste ano. E, em alguns cenários, a expectativa negativa já inclui a reedição do "coronavoucher".

É o caso do Santander, que, devido ao agravamento da pandemia, passou a considerar em seu cenáriobase R\$ 25 bilhões em gastos sociais neste ano, concedidos por quatro meses a 30 milhões de pessoas não atendidas pelo Bolsa Família. Mesmo assim, o economista Lucas Maynard estima que a massa de renda ampliada vai diminuir 6,6% em 2021, após expansão estimada em 3,1 % no ano passado.

"A queda está contratada devido aos níveis muito altos cie transferências em 2020", afirma. Quando o auxílio foi introduzido no ano passado, o plano original era que o benefício durasse três meses, com custo total

abaixo de R\$ 100 bilhões aos cofres públicos. Após sucessivas extensões, esse gasto ficou em R\$ 293 bilhões, ou 4% do **PIB**.

Sem o auxílio, a massa de renda ampliada teria caído 6,3% em 2020, aponta Maynard. O impulso dado pelas transferências mais do que compensou o recuo cíclico da renda no período, destaca o economista, que relaciona a queda prevista para a renda este ano ao "efeito rebote" da diminuição dos benefícios. "Esperamos que o mercado de trabalho reaja gradualmente do segundo semestre para frente, o que vai ajudar a renda dos trabalhadores a se recuperar."

No primeiro trimestre, porém, o Santander prevê que a massa salarial real deve recuar R\$ 66 bilhões ante o quarto trimestre de 2020, o que reforça a perspectiva de ligeira retração do PIB no começo do ano. "Um mercado de trabalho enfraquecido, a segunda onda de contaminações e o fim do auxílio emergencial elevam a pressão política por um programa temporário e focalizado de transferências governamentais para trabalhadores informais de baixa renda", diz a equipe econômica do banco em sua última revisão de cenário.

Lucas Assis, economista da Tendências Consultoria, avalia que a volta do auxílio em valor menor é "bastante provável". Por isso, apesar de ter excluído de seu cenário a possibilidade de uma pequena ampliação do Bolsa Família, Assis manteve a estimativa de que a massa de renda total terá redução de 3,7% este ano. "Com o enxugamento das políticas sociais compensatórias e uma perspectiva de recuperação apenas moderada do mercado de trabalho neste ano, os domicílios brasileiros devem sofrer a maior queda na renda desde a crise político-econômica de 2015 e 2016", aponta o economista em artigo para clientes.

A LCA Consultores não considera o retorno do auxílio na projeção de recuo de 3,8% para a massa de renda ampliada em 2021, mas tem dois cenários alternativos em que a renda disponível cairia mesmo com a volta do benefício em valor menor por três meses. Assumindo como hipótese um auxílio de R\$ 300, a massa ampliada diminuiria 2,2% no ano, calcula o economista Cosmo Donato. Já com o valor de R\$200, a queda seria de 2,7%.

Mesmo levando em conta que o mercado de trabalho demora a responder às mudanças no ciclo econômico, "não é nada comum" a massa de renda crescer quando o nível de atividade cai, observa Donato,

lembrando que, na estimativa da LCA, o <u>PIB</u> diminuiu 4,3% em 2020. "A quantidade de auxílio <u>em</u> 2020 foi desproporcional", afirma o economista, para quem a saída dos estímulos impõe ritmo mais lento para a retomada do consumo das famílias neste ano.

Após retração esperada de 4,5% no ano passado, a LCA estima que o consumo vai crescer 3% em 2021, um pouco menos que a alta prevista para o PIB, de 3,2%. "Já houve uma grande contração das vendas no varejo em dezembro. Não é possível atribuir toda a queda a esse fator, mas a perspectiva de fim do auxílio teve uma influência bastante relevante", afirma Donato.

Para Tiago Tristão, economista da Genial Investimentos, o uso da poupança "precaucional" formada durante a pandemia e a maior geração de empregos vão sustentar o consumo, que deve crescer 4,5% em 2021. Ele pondera, no entanto, que mesmo com essa alta, a demanda das famílias não vai recuperar o nível pré-pandemia. Já a massa de renda ampliada deve recuar entre 4% e 4,5% em 2021, mesmo considerando que a renda proveniente do trabalho terá crescimento, estima Tristão.

"O governo transferiu R\$ 290 bilhões ano passado. Foi o maior programa de transferência de renda da história, que equivaleu a nove Bolsas Família a preços de hoje. Superar esse efeito na massa de rendimentos vai ser difícil", afirma o economista, para quem, o auxílio, se voltar este ano, será muito menor do que em 2020.

Procuradora critica pressa em retirar medidas e defende mudança no teto

A falta de planejamento e a pressa em retirar as medidas tomadas durante a pandemia, como o auxílio emergencial, geram risco de nova recessão, custando caro inclusive para a gestão das contas públicas. A visão é da especialista em finanças públicas e procuradora do Ministério Público de Contas cie São Paulo, Élida Graziane.

Em sua visão, o governo deveria pensar o país de forma mais estrutural, revendo o teto de gastos para permitir uma atuação mais planejada do Estado. Isso ajudaria não só na concessão de novo auxílio emergencial, mas para garantir o financiamento do SUS que está novamente sob pressão com a segunda onda da covid-19 e a retomada da economia, que também é importante na equação fiscal.

"A grande questão é a necessidade de revisão do teto. Não é algo isolado, não pode ser algo de fôlego curto. O problema não é só o auxílio emergencial. Se a emenda do Orçamento de Guerra no ano passado já tivesse revisto o teto, a gente não estava agora com esse gargalo para resolver", disse ao Valor, lembrando que a questão não é só da vacina, mas também do fechamento de 15 mil leitos que foram abertos no ano passado. "Se tivesse feito costura com um plano bienal de enfrentamento da pandemia, como falei no ano passado, a gente teria planejamento para cobrir o auxílio emergencial, mas também me preocupa cada vez mais a falta de financiamento para o SUS", completou.

Uma das vozes mais atuantes no debate sobre as contas públicas e a reação à pandemia, Élida se mostra contrária a uma cláusula permanente de calamidade pública, como quer o ministro da Economia, Paulo Guedes. Segundo ela, já há um mecanismo previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Em sua opinião, constitucionalizar o conceito de calamidade impondo medidas restritivas ao mesmo tempo que se libera das regras fiscais habituais, como propõe o ministro ensejaria o risco cie perda de poder do Legislativo em detrimento do Executivo.

"O artigo 65 da LRF já tem essa cláusula. Colocar na Constituição, enrijecendo o que já está previsto na LRF soa como mais um mecanismo de chantagem fiscal, de fuga. A gente já tem regras para enfrentar situações de calamidade. Sobre as demais regras fiscais, depende de cada contexto, não acho que a gente possa criar uma regra geral. Parece mais uma solução que prejudica muito o diálogo com o Legislativo. Isso fortalece demais o Executivo e precariza o espaço de atuação do Legislativo de verificar ou não o cabimento de soluções mais extremas", disse.

A procuradora rejeita a tese de que estaria pensando sem considerar restrições impostas pela economia. Ela lembra que órgãos como o Fundo Monetário Internacional (FMI), bancos centrais de países desenvolvidos e diversos economistas brasileiros qualificados - ela cita nomes como José Roberto Afonso, Raul Velloso e Monica de Bolle - mostram-se favoráveis a medidas de expansão fiscal nesse contexto de crise gerada pela pandemia.

"Não adianta a gente fazer no meio de uma pandemia um ajuste contracionista que vai provocar uma recessão econômica. Não adianta querer fazer ajuste no meio do olho cio furacão porque a recessão vai voltar mais grave. Tem que projetar sustentabilidade fiscal no médio e longo prazo", disse. "O problema é o governo fazer um pensamento mágico, voluntarioso, e achar que o teto vai trazer investimentos. Ninguém vai investir se não tiver geração de renda na economia", completou.

Para ela, uma reação tempestiva e no tamanho

adequado teria permitido organizar melhor a população e a resposta sanitária.

"A gente teria agora condição de não só programar como enfrentar a questão da sustentabilidade da dívida, metas fiscais, um debate com qualidade, mas também poderíamos fazer um cronograma de investimentos. Saindo desse debate enviesado, pequeno, sobre tamanho do Estado, que tem que ter o tamanho necessário para a retomada do crescimento econômico", disse.

### "Abismo fiscal" gera perda de renda

Desempenho ano a ano da massa de renda total do Brasil - Em %\*



Fonte: IBGE, Tendências | \*em R\$ trilhões, a preços de agosto de 2020, deflacionado pelo IPCA | \*\*estimativas da Tendências para o período

## Pandemia faz FGTS ter menor lucro desde 2011

#### Edna Simão

As medidas adotadas pelo governo para minimizar os efeitos da pandemia de covid-19, como a permissão de saque emergencial, fizeram com que o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) fechasse 2020 com um lucro de R\$ 8,231 bilhões, segundo dados preliminares, o que representa uma redução de 27,16% ante 2019. O resultado apurado no ano passado é o mais baixo desde 2011, quando o lucro do fundo foi de R\$ 5,147 bilhões.

Apesar de a lucratividade menor afetar diretamente a rentabilidade do fundo, o retorno do FGTS garantido por lei, que é de 3% ao ano mais Taxa Referencial (TR), já é superior ao de algumas aplicações financeiras.

O rendimento do CDI foi de 2,76% no ano passado, da caderneta de poupança (depósitos após 04/05/2012), 2,11%, e do Ibovespa, de 2,92%. Todas essas aplicações perderam para a **inflação**. O índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulou uma alta de 4,52% em 2020.

A rentabilidade efetiva do FGTS de 2020 só será conhecida no meio do ano quando o conselho curador do fundo decidirá sobre a distribuição do lucro de 2020, que será depositada, se houver, nas contas dos trabalhadores até o fim de agosto.

Com a distribuição do resultado do fundo de 2019 em agosto de 2020, que correspondeu a 66,23% do lucro apurado, o retorno das cotas do FGTS foi de 4,9%, ou seja, maior que o valor pago na caderneta de poupança (4,26%) e que o IPCA (4,31%) de 2019, representando cerca de 80% do CDI do ano (5,94%).

Mesmo com a menor lucratividade e risco de comprometer investimentos em áreas como habitação, saneamento básico e infraestrutura urbana, os recursos do FGTS continuam sendo alvo de desejo do governo federal, diante da forte restrição fiscal e elevado endividamento.

Nas conversas entre técnicos da área econômica, ainda há o debate sobre a possibilidade de novos saques mas, por enquanto, não há nada de concreto, segundo técnico da área econômica.

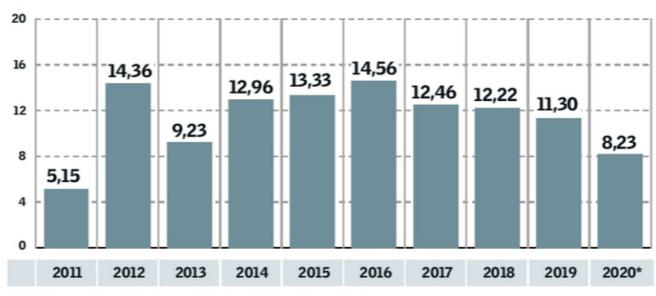
A permissão para saque emergencial do FGTS de até R\$ 1.045, alta da taxa de desemprego e a redução de arrecadação têm contribuído para a queda do lucro do fundo, conforme técnico ouvido pelo Valor. No caso das receitas, o FGTS sofre com o fim da multa adicional do FGTS, desde 2020. Essa multa foi criada em 2011 para compensar as perdas dos trabalhadores no fundo com mudanças de planos econômicos Verão (1988) e Collor (1990).

Apesar de essa dívida ter sido quitada, a multa só foi revogada no fim de 2019. Somente a extinção da multa adicional fez a arrecadação do fundo cair em pelo menos R\$ 5 bilhões.

Também afetou o desempenho do FGTS a pausa no pagamento dos financiamentos imobiliários concedida pela Caixa - o que resultou em redução do fluxo do fundo. Isso porque, parte expressiva do crédito imobiliário do banco tem como funding o FGTS. Neste caso, a Caixa deverá começar a ressarcir o FGTS a partir deste ano.

Mesmo com a perspectiva de um lucro menor do FGTS em 2020, técnico do Ministério da Economia mantém o otimismo que o fundo continuará sendo uma boa opção para investimento. Isso porque, as modalidades financeiras também estão ciando um retorno muito baixo para as aplicações.

**Desaceleração gradual** Lucro do FGTS no ano passado é o baixo desde 2011 - Em R\$ bi



Fonte: Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) \* dado preliminar

# PEC emergencial entra na pauta do Senado para viabilizar volta do auxílio



Vandson Lima, Raphael Di Cunto, Marcelo Ribeiro e Mariana Ribeiro

Está marcada para quinta-feira a votação, no plenário do Senado, da proposta de emenda à Constituição (PEC) que cria gatilhos para a contenção de despesas da União, Estados e municípios - a chamada PEC emergencial. Em troca, o governo do presidente Jair Bolsonaro comprometeu-se com líderes do Congresso Nacional a enviar uma medida provisória (MP) com a proposta para retomada temporária do auxílio-emergencial, pago a pessoas em situação de vulnerabilidade social por conta da pandemia.

O acordo visa dissiparas atenções concentradas desde a quarta-feira na prisão do deputado Daniel Silveira (PSL-RJ). "Todos os outros assuntos são laterais", disse o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), após almoço com o ministro da Economia, Paulo Guedes, e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG). A prisão do parlamentar não foi citada e os presentes ressaltaram que as prioridades são as reformas, o auxílio-emergencial e as vacinas.

Mais cedo, Lira prometeu a Guedes que o caso de Silveira terá desfecho rápido e garantiu que o episódio não afetará o andamento de pautas econômicas. Segundo apurou o Valor, o ministro procurou Lira preocupado que o confronto entre poderes turve o cenário e atrase o andamento de projetos da pauta

econômica, bem como a inclusão na PEC de uma cláusula de calamidade pública que viabilizará, em sua avaliação, espaço fiscal para a retomada do auxílio emergencial.

Lira procurou tranquilizar o ministro. Ele já tinha se encontrado com o presidente Jair Bolsonaro no Palácio da Alvorada para tratar do mesmo assunto.

O presidente do Senado destacou que a PEC emergencial deve incluir uma cláusula de exceção em casos de calamidade. "Ficou ajustado na reunião de líderes do Senado que pautaremos a PEC emergencial. O parecer será apresentado entre hoje [ontem] e segunda-feira pelo relator".

Também participaram o relator da PEC emergencial, o senador Márcio Bittar (MDB-AC), e a presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), a deputada Flávia Arruda (PL-DF).

Líder do governo, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) afirmou aos demais líderes na reunião que a PEC emergencial será enxugada e trará apenas quatro pontos fundamentais, ainda a serem definidos. "Seriam o acionamento de gatilhos, equilíbrio fiscal intergeracional, sustentabilidade da dívida e mais um ponto passível de definição", segundo o líder da minoria, Jean Paul Prates (PT-RN). Já a PEC que extingue uma série de fundos públicos deve ser votada separadamente, pois já foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e não guarda maior controvérsia.

A partir da aprovação da PEC, na visão do governo, abrem-se condições para retomar o auxílio. A oposição apresentará proposta para que sejam pagas até seis parcelas de R\$ 600. Mas o governo quer uma proposta bem mais modesta, entre R\$ 200 e R\$ 300, por não mais que três ou quatro meses.

Bittar reforçou que seu parecer deverá reunir pontos de outras das chamadas PECs de ajuste fiscal, como a do pacto federativo. Ao chegar ao Ministério da Economia para uma reunião com Guedes, ele não quis dar mais detalhes sobre o parecer. "O que é fundamental para o país é que a gente dê um sinal completo, uma moeda de duas faces. Você apresenta uma solução a milhares de brasileiros ,ao mesmo tempo sinaliza concretamente para a retomada da

agenda para a qual o presidente Bolsonaro foi eleito", disse o senador.

Em dezembro, governo e Senado chegaram a esboçar um acordo em torno da PEC emergencial, que acabou não se consolidando. O acerto previa que não constassem mudanças como a controversa desvinculação de recursos em saúde e educação. Um forte programa de redução de subsídios e incentivos seria proposto, com a intenção de em cinco anos diminuir de 4,8% para em tomo de 2% do Produto Interno Bruto (PIB) o custo para o governo com a renúncia de receitas e gastos com subvenções.

### Mundo vive tripla crise ambiental, diz estudo da ONU

#### Daniela Chiaretti

O mundo vive uma tripla crise ambiental -climática, de biodiversidade e de poluição. A saída, segundo as Nações Unidas, está na forma como governos e cidadãos se relacionam com a natureza nas políticas e sistemas econômicos. Os planos de recuperação da co-vid-19 são uma "oportunidade imperdível" de se investir na natureza, alcançar emissões líquidas zero até 2050 e reverter o quadro.

Estas são as mensagens centrais do relatório "Fazer as pazes com a natureza" lançado ontem pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma).

"Não é tarde demais", disse o secretário-geral da ONU Antônio Guterres. "Mas temos de ser capazes de criar condições para uma redução drástica de emissões nesta década tornando possível conter o aumento da temperatura em 1,5°C, ter um novo marco para preservar a biodiversidade e tomar medidas para reduzir a poluição", seguiu. "O risco de as coisas ficarem irreversíveis está aumentando a cada ano. Isso requer uma mudança geral de mentalidade".

Ele exemplificou com a forma como as sociedades organizam dados econômicos e editam políticas econômicas. "Consideramos que há crescimento do PIB quando pescamos de maneira predatória. Destruímos a natureza, mas contamos como aumento de riqueza. Consideramos crescimento do PIB quando cortamos florestas. Destruímos a natureza e o bemestar, mas consideramos crescimento econômico. E muitas outras atividades que colocam em risco o nosso futuro são ainda consideradas como parte do crescimento global", seguiu Guterres.

"A emergência é muito mais profunda do que imaginávamos há alguns anos", disse Robert Watson, que coordenou o relatório.

O estudo indica que o planeta está no caminho de ter um aumento de 3,5 °C na temperatura até o fim do século, muito mais do estabelecido no Acordo de Paris. Lembra que nove milhões de pessoas morrem ao ano por problemas causados pela poluição e que um milhão das oito milhões de espécies de plantas e animais estão ameaçadas de extinção.

Além disso, 400 milhões de toneladas de metais pesados e produtos químicos estão sendo lançados nas águas do mundo todos os anos. A poluição plástica nos oceanos cresceu mais de dez vezes desde 1980 e existem pelo menos 400 zonas mortas (com pouco oxigênio) nos mares.

O relatório diz que é preciso dar fim aos US\$ 5 trilhões de subsídios aos combustíveis fósseis dos governos. Nos últimos 50 anos, a economia global cresceu cinco vezes, boa parte disso às custas da extração de recursos naturais, que triplicou. A população global duplicou, chegando a 7, 8 bilhões de pessoas e a pobreza também dobrou. Hoje há 1,3 bilhão de pobres e 700 milhões passam fome.

O estudo considera avaliações globais feitas pelos cientistas do IPCC, o Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática das Nações Unidas e o seu correspondente para biodiversidade, a Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (Ipbes) entre outros.

"Nem tudo está perdido", disse Inger Andersen, diretora-executiva do Pnuma. "Se 2020 foi um desastroso podemos fazer de 2021 o ano em que fizemos as pazes com a natureza".

# País vai a 10 milhões de casos e vê desigualdade em alta como legado

#### Ana Conceição

Além da marca humana trágica - 10 milhões de infectados e mais de 240 mil mortos até agora, e milhões de desempregados - a pandemia de covid-19 deve deixar como legado econômico o aumento na desigualdade e maior precariedade no mercado de trabalho, segundo analistas. Isso, além do já muito comentado aumento da dívida pública e uma queda de atividade, que não será totalmente recuperada neste ano. Também deixa lições, de que setores estratégicos, como o de saúde, devem ter estar no rol de prioridades do governo, com incentivo à inovação e melhor gestão de recursos.

Para o curto prazo, como se tornou lugar comum, a avaliação corrente é de que acelerar a vacinação contra a covid-19 é a mais urgente política macroeconômica. Assim, os tropeços do governo nesse quesito podem tornar ainda mais gradual a recuperação da atividade.

"O que deve ocorrer no curto e médio prazo é um aprofundamento da desigualdade, que já atingiu, durante a pandemia, grupos menos favorecidos no mercado de trabalho, como os mais jovens, as mulheres e aqueles com menor nível educacional", afirma o economista Gabriel Ulyssea, professor da University College London (UCL).

Para Ulyssea, os efeitos negativos dessa crise terão uma duração mais longa na medida em que o choque provocado pela pandemia reverte ganhos que vinham ocorrendo, como a diminuição da diferença de salários entre homens e mulheres. O problema é particularmente grave para jovens pobres, que além de um mercado de trabalho hostil enfrentam um agravamento na queda na qualidade do ensino.

Numa recessão, diz o pesquisador, o jovem tem maior dificuldade de se colocar no mercado, prejudicando um processo de acúmulo de conhecimento que não termina na escola. "As experiências de trabalho são importantes para uma vida profissional com acesso a melhores empregos e ganhos salariais ao longo da vida". Os efeitos negativos não acabam quando a crise vai embora, perduram no que a literatura sobre o tema chama cie "efeito cicatriz".

Neste sentido, a negligência dos governos com

relação à educação piora o quadro, de acordo com Ulyssea. A falta de acesso às aulas por boa parte dos alunos de baixa renda desde o início da pandemia também deve ter efeitos duradouros que vão bater na falta de emprego.

"Crises como essa têm mais impacto mais em capital humano que em outros quesitos", diz Sérgio Vale, economista-chefe da MB Associados. Demissões em massa e uma forte restruturação no mercado de trabalho, que já vinha acelerada pela tecnologia, devem alimentara desigualdade de renda, diz. O cenário não é exclusivo do Brasil, mas vai ser mais duro por aqui. "O legado ruim da doença por aqui é o aumento do empobrecimento e da desigualdade, sem que haja condições fiscais para contornar a crise, ao contrário do que ocorre em países com recursos para combater os efeitos da pandemia."

Margarida Gutierrez, economista e professora-adjunta da Coppead/UFRJ, afirma que, no curto prazo, é essencial que o setor de serviços, intensivo em mão de obra, volte a funcionar. "A melhor política macroeconômica do momento é a vacinação. Todo mundo já falou isso. Sem isso, os serviços não se recuperam, nem o mercado de trabalho", diz ela, que defende a continuidade em alguma medida do auxílio emergencial. "Não sei qual o arranjo, mas terá que ser feito. É necessário porque os serviços estão funcionando à meia capacidade."

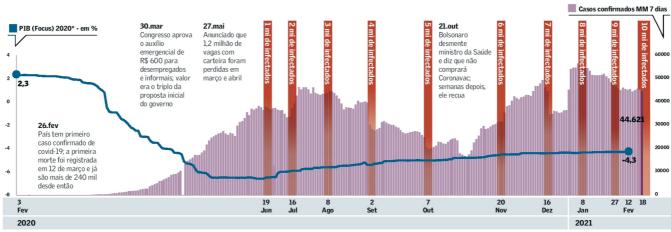
A demora na vacinação e na consequente retomada dos serviços, diz, gera um ciclo vicioso, em que o mercado de trabalho não se recupera e quem tem renda tem medo de gastar. Ela vê possibilidade de queda do <u>PIB</u> no primeiro e segundo trimestres do ano, mas estima um crescimento anual de 4%, após queda de cerca cie 4% em 2020. "Não é nada porque tem um carregamento estatístico enorme. É uma estagnação".

Para Margarida, a pandemia evidenciou o debate sobre setores, como a saúde, que devem receber atenção dos formuladores de políticas públicas, algo já colocado pelo teto de gastos. "Não é gastar mais, é fazer uma gestão melhor. Os dirigentes têm que definir áreas estratégicas financiadas por políticas públicas, a produção de vacina, por exemplo. Investir nisso é fundamental. É uma discussão importante."

VALOR ECONÔMICO / SP - ESPECIAL - pág.: A14. Sex, 19 de Fevereiro de 2021 ECONOMIA

#### Cenário pandêmico

Projeção do PIB e média móvel em 7 dias de casos confirmados



Fontes: Consórcio de veículos de imprensa e boletim Focus do Banco Central. Elaboração: Valor Data. \* Projeção

#### Carteira mais rara

Mercado formal tem saldo negativo de março a dezembro



#### Volta ao vermelho

Setor de serviços encerra ano em queda



### Fôlego curto

Varejo sente efeitos de inflação e auxílio menor



Fontes: IBGE e Consórcio de veículos de imprensa. Elaboração: Valor Data. \* Média móvel dos casos confir 7 dias do mês. \*\* Até o dia 18

### Produção fragilizada

Retomada é insuficiente, e indústria recua 4,5% em 2020



Fontes: IBGE e Consórcio de veículos de imprensa. Elaboração: Valor Data. .\* Média móvel dos casos confirmados nos últimos 7 dias do mês. \*\* Até o dia 18